



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**“PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS  
ORGÂNICOS: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL - UNIÃO  
EUROPÉIA”**

**ALUNA: CAROLINA MALOSÁ BASTOS**

**ORIENTADORA: PROF. DRA. LUCIANA TOGEIRO DE ALMEIDA**

**EXAMINADOR: PROF. DR. SEBASTIÃO NETO RIBEIRO GUEDES**

Araraquara

2010

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o entendimento da dinâmica do mercado dos alimentos orgânicos no Brasil, sua cadeia produtiva e as relações comerciais estabelecidas especificamente com a União Européia. Apesar do segmento orgânico crescer a altas taxas ao redor do mundo, ainda é uma temática (promissora) pouco estudada nacionalmente, o que dificulta o desenvolvimento de processos que poderiam diminuir os entraves enfrentados pelos produtores orgânicos. Inicialmente situando o leitor sobre as origens do cultivo orgânico e apresentando o panorama mundial atual, o trabalho entra no cenário nacional discutindo o perfil do produtor, o paralelo entre insumos tradicionais e aqueles específicos para a produção orgânica, além das dificuldades de financiamento em âmbito nacional. Em seguida, discute-se questões relativas à comercialização: qual o perfil do produtor e quais os sistemas de distribuição da produção orgânica nacional e internacional; o porquê dos preços de produtos orgânicos exibirem margens de lucro tão altas; de onde vem a necessidade de certificar a produção, quais as principais certificadoras e seus métodos de atuação. A partir deste embasamento, pode-se trabalhar, então, as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e a União Européia, bloco de destino de mais de 70% da produção orgânica nacional; trata-se, então, das leis e das certificações necessárias para efetuar as exportações; dos principais produtos exportados dentro do segmento orgânico e das 19 empresas responsáveis por essas exportações. Percebe-se, por fim, que um dos principais entraves ao desenvolvimento do segmento ainda é a falta de investimentos em P&D, pois a carência de dados sistematizados e pesquisas em geral acabam por desestimular tanto produtores quanto consumidores em busca de informações sobre esse mercado pouco evidenciado nacionalmente.

Palavras-chave: alimentos orgânicos; exportações Brasil – União Européia; Certificação ecológica.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Terras de cultivo orgânico e participação no total de áreas cultivadas em 2008 (incluindo áreas de conversão).....	14
Tabela 2 - Ásia: cinco principais áreas de manejo orgânico e número de produtores por país – 2008.....	17
Tabela 3 - Europa: o mercado europeu de alimentos orgânicos – 2008 .....	18
Tabela 4 - Caribe e América Latina: tipos de uso de terras: comparação 2007-2008.....	20
Tabela 5 - Perfil do estabelecimento agrícola e uso de diretrizes orgânicas.....	27
Tabela 6 – Exportações brasileiras de produtos agrícolas convencionais <i>versus</i> orgânicos (US\$ FOB).....	28
Tabela 7 - Venda de defensivos agrícolas (US\$ MIL).....	30
Tabela 8 - Indicadores técnico-econômicos da cultura da soja- março 2003.....	31
Tabela 9 – Unidades de comercialização de produtos orgânicos, por estado.....	37
Tabela 10 – Sistemas de distribuição de produtos orgânicos em 2000 (percentual).....	38
Tabela 11 – São Paulo: perfil do consumidor de produtos orgânicos em 2002.....	39
Tabela 12 – Diferencial de preço no Brasil – entre alguns produtos orgânicos e convencionais.....	40
Tabela 13 – Exportações brasileiras de produtos selecionados à união européia por peso líquido (tonelada) e preço médio (por tonelada métrica líquida- US\$).....	51
Tabela 14 – Principais empresas exportadoras de orgânicos no Brasil.....	55
Tabela 15 – África.....	66
Tabela 16 - Ásia.....	66
Tabela 17- Europa.....	66

Tabela 18 - Região Mediterrânea.....	67
Tabela 19 – América Latina E Caribe.....	67
Tabela 20 – Oceania.....	67

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1– A TRAJETÓRIA DO CULTIVO DE ORGÂNICOS NO MUNDO</b> .....	9
1.1 – ALIMENTOS ORGÂNICOS.....	9
1.2 – SEMENTES TRANSGÊNICAS.....	11
1.3 – A HISTÓRIA DOS ORGÂNICOS.....	12
1.4 - O PANORAMA ATUAL.....	14
1.4.1 – África.....	15
1.4.2 - Ásia.....	16
1.4.3 - Europa.....	18
1.4.4 – Região Mediterrânea.....	19
1.4.5 – América Latina e Caribe.....	20
1.4.6 - América do Norte.....	22
1.4.6.1 - Estados Unidos.....	22
1.4.6.2 - Canadá.....	23
1.4.7 - Oceania.....	23
1.4.7.1 – Austrália.....	23
1.4.7.2 - Nova Zelândia.....	24
1.5 - PANORAMA GERAL.....	25
<b>2 – UM PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NACIONAL</b> .....	26
2.1 - O PERFIL DO PRODUTOR NACIONAL.....	27
2.2 - INSUMOS CONVENCIONAIS <i>VERSUS</i> AGRICULTURA ORGÂNICA.....	28
2.3 – FINANCIAMENTO.....	32
<b>3 – A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL</b> .....	35
3.1 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NACIONAL.....	35

3.2 - PREÇO E MARGENS DE LUCRO.....	40
3.3 – CERTIFICAÇÕES.....	41
3.3.1 – Instituto Biodinâmico – IBD.....	44
3.3.2 – Associação de Agricultura Orgânica AAO.....	45
3.3.3 - Organização Internacional Agropecuária –OIA.....	46
3.3.4 – Certificadora Mokiti Okada – CMO.....	47
3.3.5 – United State Department of Agricultural (USDA).....	47
<b>4 – O COMÉRCIO DE PRODUTOS ORGÂNICOS ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA.....</b>	<b>50</b>
4.1 - PADRÕES ESTABELECIDOS E REGULAMENTAÇÕES EXIGIDAS PARA O COMÉRCIO COM A UNIÃO EUROPEIA.....	52
4.1.2 – Regulamentações Exigidas Pela União Européia.....	54
4.2- INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- UNIÃO EUROPEIA.....	55
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>60</b>
Apêndice 1 – Divisão dos blocos regionais, por países, segundo IFOAM.....	66

## INTRODUÇÃO

Na última década, o consumo e a produção dos alimentos orgânicos tem crescido a altas taxas, superando as estatísticas dos alimentos convencionais, uma das razões pelas quais o presente trabalho discutirá questões pertinentes ao mercado nacional e ao comércio internacional de produtos orgânicos, comparativamente ao de produtos agrícolas “tradicionais”.

Por ser um segmento produtivo diferenciado e apresentar maior valor agregado - não somente pela valorização do meio ambiente e de práticas saudáveis que a atual conjuntura mundial enfatiza, mas também pelas próprias características do processo produtivo - os produtos orgânicos passaram a despertar o interesse do produtor brasileiro, que deliberadamente busca este segmento de mercado e não meramente como uma prática orgânica muitas vezes sem o conhecimento de causa, para subsistência ou agricultura familiar.

Assim, esse recente nicho de mercado encontra inúmeros gargalos ao seu crescimento, tanto na esfera produtiva como também na comercial, e o propósito deste trabalho é evidenciar onde estão tais entraves. Num primeiro momento, o leitor será situado de todo panorama mundial atual, ou seja, em diferentes blocos regionais, quais os estímulos a esta prática; qual o grau de desenvolvimento produtivo e legislativo dos países; se há ou não estímulos para o segmento, como subsídios, investimento em pesquisas e facilidades de financiamento, dentre outras questões que nos ajudam a dimensionar a posição brasileira no cenário mundial. Trabalha-se ainda com o contexto histórico pelo qual a agricultura passou para atingir o atual grau de desenvolvimento; a Revolução Verde, o uso de sementes geneticamente modificadas e todas as implicações das práticas que visam essencialmente o aumento da produtividade.

Posteriormente, apresenta-se o cenário brasileiro: total de área produzida e números de estabelecimentos (certificados ou não); o perfil do produtor e as principais formas de financiamento voltadas ao desenvolvimento do setor; assim como as diferenças entre os insumos usados no cultivo orgânico com relação ao tradicional.

No terceiro capítulo, elucida-se a comercialização dos produtos orgânicos. É necessário compreender o perfil da demanda e também os canais de distribuição usados por ela para a aquisição dos produtos, assim como se torna indispensável à discussão do

por que os orgânicos apresentam margens de lucro tão elevadas se comparados aos não-orgânicos. Neste mesmo capítulo explica-se o que é certificação orgânica, quais os pormenores da cadeia que envolve acreditadoras, certificadoras e produtores e a situação brasileira no que diz respeito aos selos ecológicos.

Analisa-se neste contexto a União Européia, bloco regional de destino de mais de 70% das exportações de orgânicos brasileiros: quais nações recebem o maior percentual de produtos orgânicos brasileiros, quais os principais produtos exportados e empresas responsáveis; trabalha-se também com as certificações usadas por estas empresas, que estão relacionadas às exigências e normas a serem seguidas para o estabelecimento de relações comerciais com outros países.

## 1– A TRAJETÓRIA DO CULTIVO DE ORGÂNICOS NO MUNDO

### 1.1 – ALIMENTOS ORGÂNICOS

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, alimentos orgânicos “são produtos de origem vegetal ou animal que estão livres de agrotóxicos ou qualquer outro tipo de produtos químicos, pois estes são substituídos por práticas culturais que buscam estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola” (Mapa, 2007, p.13). Assim, o cultivo dos alimentos orgânicos beneficia não só a esfera ambiental, como também a social e econômica.

No âmbito ambiental deve-se salientar que este tipo de cultivo traz benefícios para o ecossistema que o cerca. A produção orgânica utiliza sementes tradicionais, não modificadas geneticamente as quais são lavradas sem as agressões provenientes dos tradicionais insumos agrícolas como agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes industrializados. Além disso, por ocorrer de forma natural, a safra destes alimentos é capaz de não só evitar problemas relacionados à agricultura intensiva (como erosão do solo e assoreamento de rios próximos), como também ajudar na reconstituição do bioma deteriorado, tanto por exigir a preservação de outras plantas na área que tange a plantação, como por favorecer o reaparecimento de animais antes extintos, via reconstrução de nichos ecológicos de diversas espécies, seja pela aparição de novos indivíduos os quais constituirão novas cadeias alimentares, seja pelo equilíbrio de temperatura restabelecido ou simplesmente pelo aumento da quantidade de nutrientes nos solos e mananciais.

Já na esfera econômico-social, esta forma de cultivo (especialmente no caso brasileiro em que é majoritariamente manejado em propriedades pequenas) pode beneficiar diversos estratos econômicos. Muitas vezes, estas pequenas propriedades podem ser enquadradas como Agricultura Familiar, assim definida pela Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006: que não exceda mais do que quatro módulos rurais (lembrando aqui que há variações na medida do módulo rural de acordo com a região do país considerada); utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, podendo incluir-se aqui silvicultores, extrativistas, aquícultores e pescadores. Então, pode-se dizer que com o

estímulo do comércio de alimentos orgânicos, grande parte destes pequenos agricultores podem ser beneficiados com uma maior renda mediante a formação de cooperativas e/ou associação com estabelecimentos, permitindo o atendimento de uma demanda em expansão e disposta a pagar um preço mais alto por estes produtos diferenciados, tanto no Brasil como no exterior (Mapa, 2007). Além disso, as novas oportunidades de negócios devem estimular tanto pesquisadores e técnicos, como também diversos segmentos industriais se considerarmos a necessidade de fertilizantes e pesticidas orgânicos, embalagens ecologicamente corretas, aplicação de certificações, dentre outros.

A ciência da qual a produção orgânica provém é conhecida como agroecologia. Esta,

não raras vezes tem-se confundido (...) com um modelo de agricultura, com um produto ecológico, com uma prática ou tecnologia agrícola e, inclusive, com uma política pública. (...) Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (AGROECOLOGIA e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2002, p.2).

Por ser uma prática derivada da agroecologia, o cultivo orgânico além de conservar as relações entre Homem e meio-ambiente, segue determinadas “normas e regulamentações técnicas” específicas, o que singulariza este modo de produção dentro da ciência agroecológica. (Mapa, 2007)

No mais, as bases da agricultura orgânica contrapõem-se diretamente às práticas tradicionais. Estas foram fortemente estimuladas, especialmente nos países menos desenvolvidos, com o advento da Revolução Verde nas décadas de 60 e 70, preconizando a expansão do sistema agrícola ao redor do mundo como forma de suprir a crescente demanda por alimentos, aumentando a produtividade da lavoura através do uso intensivo de insumos e tecnologia, propiciando à população o acesso em larga escala a um alimento mais barato, resistente e de produção mais rápida. Desenvolveu-se, também com grande eficiência, linhas de pesquisa científica voltadas para a biotecnologia, engenharia genética e maquinário agrícola (CAVALLI, 2001).

## 1.2 – SEMENTES TRANSGÊNICAS

A Revolução Verde favoreceu a disseminação do uso de sementes geneticamente modificadas. Como já dito, a evolução de outras ciências complementares à prática agrícola potencializou a inovação de outros produtos uma vez que mais do que nunca a indústria química, farmacêutica e agrícola se associaram (MARTINELLI, 2003).

Muito se discute acerca dos produtos transgênicos, mas o fato é que hoje eles se encontram em praticamente todos os alimentos consumidos tanto diretamente, como melões, batatas, tomates e cenouras, como indiretamente, já que muito da ração consumida pelo gado é proveniente de soja e milho transgênicos. Um marco para a agricultura em larga escala foi o lançamento pela Monsanto em dezembro de 1998 da semente de soja transgênica *Roundup Ready* (RR), a qual é resistente ao herbicida glifosato, da mesma marca. Tal semente foi autorizada na produção nacional embasada no argumento científico de que “a soja geneticamente modificada não oferece riscos a saúde humana ou animal, e nem ao meio ambiente” (CAVALLI, 2001).

Ao longo das últimas três décadas cresceram tanto as vendas quanto o número de aplicações de defensivos agrícolas e encontraram-se indícios de que as pragas, fungos e ervas as quais assolam as plantações geneticamente modificadas têm se tornado cada vez mais resistentes às aplicações. Segundo JAMES (1998):

Considerando a área total cultivada com plantas transgênicas, a tolerância a herbicidas passa de 23%, em 1996, para 54%, em 1997, especialmente pelo impulso da soja RR, que torna-se o principal cultivo transgênico plantado em 5,1 milhões de hectares (JAMES, 1998, p.9).

Além disso, inúmeros outros estudos passam a enfatizar os malefícios do uso agrotóxicos, como PIGNATI et al. (2007), que mostram as seqüelas das “chuvas” de agrotóxicos no Mato Grosso do Sul; FARIA, et al. (2004) associando o trabalho rural com a intoxicação por agrotóxicos; Ou mesmo STOPPELLI et. al (2005), os quais traçam um paralelo entre saúde, segurança alimentar e uso de agrotóxicos.

No caso dos cultivos de alimentos orgânicos, como o uso dos tradicionais defensivos agrícolas não é autorizado, trata-se de uma prática muito mais saudável aos produtores e consumidores dos cultivos.

Uma década após o *boom* da Revolução Verde, emergiu a crescente preocupação com a segurança alimentar, assim definida pela Food and Agriculture Organization FAO (2001, p.5): “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em tempo integral, têm condições físicas e econômicas de acesso a comida nutritiva, de maneira suficiente e segura para que se leve uma vida saudável e ativa”. Num âmbito mais abrangente, a segurança alimentar, além de prover acesso à comida para todos, postula que os alimentos não devem prejudicar a população, ou seja, não gerar malefícios à saúde - e aí então é bom lembrar as evidências que comprovam os efeitos negativos dos agrotóxicos presentes nas grandes plantações.

Outro aspecto relevante é de que nada adianta mais alimentos no mundo sem que a população atinja certo patamar de renda que permita sua aquisição, ou seja, políticas conjugadas de crescimento econômico e acesso universal à comida. Segundo a Associação Brasileira de Agronegócios, Abag (1993, p.7): “a segurança alimentar é sempre o mais forte condicionante do êxito de uma estratégia de crescimento econômico”. Pode-se ainda dizer que o advento da Revolução Verde seguido da monopolização da oferta de sementes transgênicas e defensivos agrícolas, permitiu às empresas detentoras do conhecimento técnico-científico o estabelecimento de um *mark-up* maior do que o necessário. Assim, geram prejuízos a produtores e consumidores, tanto através da exclusão do consumo via renda, como através da impossibilidade dos agricultores de se desvincularem das práticas pelas empresas monopolistas oferecidas: a Monsanto, por exemplo, detém grande parte das sementes de soja convencionais no país, as quais são liberadas para o mercado de acordo com os interesses da própria empresa.

### 1.3 – A HISTÓRIA DOS ORGÂNICOS

A história da agricultura orgânica mundial pode ser dividida em dois períodos: o pré e o pós Segunda Guerra Mundial. No início do século XIX, com o advento dos motores de combustão interna, assim como da gasolina, dá-se início à introdução de novas maquinarias no campo e se torna crescente o uso de tratores nas plantações. Neste mesmo período, pesquisas sobre a seleção de melhores sementes e avanços na área genética passam a fazer parte do cotidiano agrícola mundial permitindo uma maior propagação dos cultivos. Entre 1905 e 1924, o botânico inglês Sr. Albert Howard – também conhecido como o pai da agricultura orgânica, trabalhou numa fazenda indiana a qual produzia

alimentos apenas da maneira “tradicional” (leia-se orgânica, no referido período) e concluiu que esta forma de cultivo era superior àquela em ascensão. Foi responsável por registrar seus estudos em sua obra *An Agricultural Testament*, a qual exerce grande influência sobre o pensamento daqueles que defendem esta forma de cultivo até os dias de hoje. Outro cientista de grande destaque nesta linha de estudos foi Rudolf Steiners, responsável pelo desenvolvimento da agricultura biodinâmica, que enfatiza o papel do agricultor em preservar a interação entre animais, plantas e solo. A saúde dos animais depende de plantas saudáveis para alimentação, as quais pedem um solo saudável, que dependem então da saúde dos animais (para seu manejo) (PAUL, 2006).

Houve também discussões acerca do manejo da terra da forma até então vista como tradicional, entretanto, foram inovações provenientes da Segunda Guerra Mundial que permitiram o crescimento explosivo de produtividade nos anos que a sucederam. Questões relativas à irrigação, fertilização, pesticidas e maquinário puderam se desenvolver graças aos avanços dos produtos e insumos derivados de petróleo; o nitrato de amônia (usado em munições) se tornou fonte barata de nitrogênio para o solo; DDT, o qual antes era usado para afastar insetos da tropa, passa a ser um pesticida amplamente aplicado nas plantações. Já em 1944, o México foi financiado por fontes norte-americanas privadas para a realização da Revolução Verde, o que daria lugar a plantas híbridas, alto desenvolvimento de maquinário, controle químico, irrigação em larga escala dentre outros (CARSON, 2007). O movimento se alastrou ao redor do mundo e as questões envolvendo alimentos orgânicos passaram a ser menos abordados no âmbito acadêmico.

Em 1962, Rachel Carson publica então *Silent Spring*, um *best-seller* em diversos países e que muitos apontam como o responsável pela abolição do uso de DDT em 1972 nos Estados Unidos, pois mostrava seus efeitos crônicos ao ser humano e ao meio ambiente. Foi neste mesmo ano que criou-se o *International Federation of Agriculture Moviments* (Ifoam), instituição responsável por ampla divulgação e troca de informação sobre princípios e práticas do cultivo de orgânicos. Também neste período novamente ganha força a vertente defensora de um cultivo menos agressivo, favorecendo uma maior organização e colaboração dos produtores de alimentos orgânicos, os quais, na década de 80, passam a ter seus produtos certificados como forma de garantir aos consumidores que os preceitos da agricultura orgânica estavam sendo seguidos, assim como prover aos produtores uma concorrência mais justa num mercado que estava em ascensão.

## 1.4 - O PANORAMA ATUAL

Atualmente, as pesquisas mais precisas sobre o setor são fornecidas pela própria Ifoam e de acordo com seu trabalho mais recente *The World of Organic Agriculture – Statistics & Emerging Trends 2010* torna-se possível o estudo da produção de alimentos orgânicos em cerca de 154 países, sendo este o estudo base para a retirada de dados no presente trabalho. Salvo menção em contrário, as informações do presente tópico se referem ao estudo acima referido.

Inicialmente, cabe destacar as regiões com maior área de cultivo orgânico, o que pode ser visto na Tabela 1:

TABELA 1- TERRAS DE CULTIVO ORGÂNICO E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE ÁREAS CULTIVADAS EM 2008 (incluindo áreas de conversão<sup>1</sup>):

Região	Área de cultivo orgânico (ha)	Participação no total de área cultivada
África	880 898	0,09%
Ásia	3 293 945	0,23%
Europa	8 176 075	1,72%
América Latina	8 065 890	1,30%
Oceania	12 140 107	2,76%
América do Norte	2 449 641	0,63%
<b>Total</b>	<b>35 006 557</b>	<b>0,81%</b>

FONTE: Ifoam (2010)

Através da tabela, se torna visível como é ínfima a participação do cultivo orgânico ao redor do mundo, sendo que abrange menos de 1% (em hectares) de participação nas terras cultivadas. Destaque para a Oceania, que apresenta seu percentual de cultivos orgânicos em mais de três vezes a média global.

Os dez países de maior relevância na produção de alimentos orgânicos abrangem três quartos de toda produção mundial. Em ordem decrescente de desempenho, tem-se: Austrália, Argentina, China, Estados Unidos, Brasil, Espanha, Índia, Itália, Uruguai e Alemanha.

Ao comparar o presente relatório com aquele formulado no ano de 2009 constata-se um aumento de cerca de três milhões de hectares de cultivo orgânico, ou seja, cerca de 9%. Esse aumento se encontra em todas as regiões, sendo que a maior alta se deu na América Latina (26%). Em apenas 23 países houve declínio na área usada para o manejo da

---

<sup>1</sup> Entende-se por áreas de conversão o período em que a lavoura ainda não está totalmente livre de insumos químicos não autorizados no cultivo orgânico, abrangendo um período que varia de 12 a 18 meses e dentro o qual seus produtos não podem ser comercializados como orgânicos.

produção orgânica, enquanto em 79 prevaleceu a alta do cultivo. Dados preliminares também indicam que entre 2000 e 2010, a quantidade de áreas com tal tipo de manejo triplicou.

O crescimento do mercado de alimentos e bebidas orgânicas serve de incentivo para este nicho de mercado: em apenas cinco anos, o valor total das vendas (em dólares) dobrou. Enquanto no ano de 2003, 25 bilhões de dólares eram consumidos, no ano de 2008 as vendas ao redor do mundo alcançaram 50,9 bilhões.

Como na maioria dos mercados, a crise financeira em 2008 também afetou o consumo de orgânicos assim como sua produção, já que linhas de crédito e financiamento ao setor foram cortadas, tornando em muitos casos insustentável a manutenção das plantações. Entretanto, dados preliminares indicam crescimento desse mercado em 2009 e mais ainda em 2010, sustentados pela recuperação econômica mundial.

Nos itens subseqüentes, intenciona-se caracterizar o mercado de orgânicos em cada bloco regional, isto é, seus principais países produtores, produtos e parceiros comerciais. Os países inclusos em cada bloco regional encontram-se especificados no Apêndice 1.

#### 1.4.1 – África

No continente africano, inúmeros pequenos produtores praticam a agricultura apenas como forma de subsistência. Assim, inúmeras plantações não são certificadas, pois a certificação não traria nenhum incremento ao produtor, o qual, na maioria das vezes, produz informalmente. Muitas plantações desta região têm sido afetadas por mudanças climáticas adversas, como alterações nas chuvas que levam à queda na fertilidade da terra. A Ifoam destaca que o cultivo de orgânicos na África apresentaria benefícios sociais, ambientais e principalmente econômicos, como:

- a) aumento dos retornos de longo prazo;
- b) combate às mudanças climáticas e à desertificação;
- c) redução do risco financeiro através do refreamento do uso de caros fertilizantes sintéticos e pesticidas;
- d) integração das práticas de agricultura tradicional com os recursos localmente existentes;

- e) permitir aos fazendeiros acesso às novas oportunidades de mercado;
- f) melhorar a saúde humana e maximizar os serviços ambientais.

O aumento de 10.500 hectares se comparados com a pesquisa de 2007 foi trazido principalmente pelo Egito (mais 25.835 hectares), Senegal (mais 24.403 hectares) e Tunísia (mais 19.932 hectares). Entretanto, apenas 2,5% do total de áreas são certificadas o que representa um declínio em oito países, principalmente Uganda (-83'900 hectares). O principal órgão deste país justificou o declínio como causado por novas aplicações de DDT com o intuito de conter o mosquito da malária presente na região, o que descredenciou muitas plantações.

As plantações na África são diversas e incluem desde café, coco, chá, algodão e azeitonas, até frutas e óleos processados, incluindo os intermediários, como vegetais e mel, por exemplo. Suas plantações certificadas são em sua maioria voltadas para exportação para a União Européia. Entretanto, há diversos problemas neste comércio, como o encarecimento trazido pelas certificações, a falta de infra-estrutura e apoio governamental, dificuldades na comunicação com importadores e incentivos a setores de pesquisa muito segmentados. Contraditoriamente, os mercados domésticos estão crescendo na África através de feiras próximas às grandes cidades, as quais atraem majoritariamente estrangeiros e cidadãos de classe média alta.

Esforços têm sido encontrados para o desenvolvimento do setor: em maio de 2009, deu-se em Uganda *The First Organic Conference*, o que permitiu a troca de experiências entre representantes do governo, de setores privados, universidades, pesquisadores e ONGs dispostas a aprimorar o setor de produção de orgânicos no continente africano; entretanto, ainda são grandes as dificuldades encontradas pelos produtores para a inserção no contexto internacional.

#### 1.4.2 - Ásia

Apesar de na maioria dos países asiáticos em desenvolvimento o cultivo de orgânicos também ser voltado para exportação, os impactos positivos da agricultura orgânica tanto no âmbito econômico como também no ambiental (com a redução na emissão do carbono na agricultura) está sendo capaz de modificar o pensamento dos formuladores de política na Ásia. Estes visam desenvolver a prática não só pelos lucros

auferidos através deste nicho de mercado, mas também como parte do “desenvolvimento nacional de agricultura sustentável” (Ifoam, 2010, p.122) e para isso contam, inclusive, com o apoio às pesquisas através do *Asia Development Bank*.

Nas Filipinas, Índia e Sri Lanka há movimentos de incentivos, tanto fiscais como políticos. Além disso, uma conferência em Seul, que ocorreu em novembro de 2009, estabeleceu uma plataforma comum, a “Organic Asia”, na qual delegações de diversos países asiáticos estabeleceram metas de colaboração tanto no que tange à coleta de dados, a avanços em pesquisas coletivas, treinamentos e alianças entre o setor público, privado e produtores fortalecendo tanto a produção interna como aquela voltada para as exportações.

Numa perspectiva mais geral, a agricultura orgânica asiática ocupa pouco menos de 3,3 milhões de hectares, mostrando uma expansão de mais de 2,8 milhões de hectares em relação à pesquisa anterior. O maior produtor é a China, seguido por Índia e Cazaquistão. Assim como a maioria dos países em desenvolvimento, o continente asiático exporta majoritariamente produtos primários, de baixo valor agregado, como ingredientes crus secos ou processados. Exceções são vistas no Japão, Taiwan e Coreia do Sul, nos quais se produzem carne de porco e aves destinadas a outros países, portanto produtos de maior valor agregado. Entretanto, novamente é importante enfatizar que o grande *boom* na produção de orgânicos do continente asiático se deu para atender a própria demanda interna, a qual se mostra crescente mesmo enfrentando margens de lucro que giram entre 10 e 200% para produtos muitas vezes não-certificados, despertando assim a atenção das autoridades locais.

A Tabela 2 nos fornece os cinco países com maior área de cultivo orgânico, assim como o percentual que representam no total da agricultura destes países e o número de produtores para o ano de 2008.

TABELA 2 – ÁSIA: CINCO PRINCIPAIS ÁREAS DE MANEJO ORGÂNICO E NÚMERO DE PRODUTORES POR PAÍS - 2008

País	Área de manejo orgânico (ha)	Participação no total da agricultura	Produtores
China	1 853 000	0,34%	--
Índia	1 018 470	0,57%	340 000
Cazaquistão	87 563	0,04%	--
Indonésia	60 098	0,12%	31 703
Arábia Saudita	30 000	0,02%	--

FONTE: IFOAM (2010), adaptado.

NOTA: (--) dados não disponíveis.

### 1.4.3 - Europa

Em virtude de políticas governamentais de incentivo, proteções legais e fomentos à pesquisa, o continente europeu continua apresentando oferta e demanda crescentes no que diz respeito à agricultura orgânica. Desde o início dos anos 90, este tipo de cultivo desenvolveu-se rapidamente e hoje mais do que oito milhões de hectares são manejados organicamente. Os três principais produtores de cultivos orgânicos são: Espanha, a qual ultrapassou a produção Italiana a partir de 2007 (agora com 1,1 milhão de hectares), Itália (com um milhão de hectare) e Alemanha (apresentando 0,9 milhões de hectares).

No que diz respeito aos mercados de alimentos e bebidas orgânicas, tem-se como maior consumidor, a Alemanha, que consome cerca de 5.850 milhões de euros por ano; seguida pela França (2.591 milhões consumidos), Reino Unido e Itália. As produções que crescem a taxas mais altas são aquelas compostas pelos novos membros da União Européia, mesmo que nestes países o consumo apresente taxas reduzidas.

As regulamentações e certificações dos produtos orgânicos europeus também estão sendo cada vez mais rígidas, assim como a coleta de seus dados, os quais vem sendo sistematizados pelo *Eurostat* (banco de dados da União Européia). Além disso, múltiplos programas de apoio conjunto colaboram com pesquisas, financiamento e campanhas de promoção das vendas, informando melhor consumidores em geral. Os trabalhos e pesquisas sobre a temática encontram suporte num fundo financiado por 11 países, o qual arrecada cerca de 60 milhões de Euros anualmente.

Na Tabela 3, temos um panorama do mercado europeu de alimentos orgânicos em 2008, relativos aos cinco países de maior relevância em vendas a varejo, inclusos também dados sobre as vendas em euro *per capita* e o total percentual de vendas.

TABELA 3 – EUROPA: O MERCADO EUROPEU DE ALIMENTOS ORGÂNICOS - 2008

Países	Vendas a varejo (milhões de euros)	Vendas <i>per capita</i> (euros)	Participação nas vendas (%)
Alemanha	5 850 0	71,2	3,4
França	2 591 0	40,5	1,7
Reino Unido	2 494 0	40,8	--
Itália	1 970 0	33,0	3,0
Suíça	905 0	119,2	4,9

FONTE: IFOAM (2010), adaptado.

NOTA: (--) dados não disponíveis.

É gritante a diferença no consumo *per capita* encontrado na Suíça e na Alemanha se comparado aos demais países. Talvez a explicação mais plausível é que o cultivo orgânico nasceu na Alemanha, onde deve ter tomado dimensões maiores do que nas outras áreas uma vez que o assunto passou a ser debatido mais cedo. Outra explicação poderia ser que dentre os referidos países, aqueles que apresentam maior renda *per capita* na Europa são Alemanha e Suíça (CIA, 2010<sup>2</sup>) o que aliado aos altos índices de escolaridade da população proporcionam um maior consumo de orgânicos nestes países.

#### 1.4.4 – Região Mediterrânea

Apesar de ser uma área muito dividida fisicamente e com grandes diferenças culturais, a região mediterrânea sabe há muitos anos da importância da agricultura, uma vez que há tempos boa parte de seu produto agrícola é importado. Por isso mesmo, uma de suas preocupações é a conservação e preservação do solo, contribuindo com a prática. A região está então subdividida em três grandes áreas para estudo: Europa Mediterrânea, Leste Adriático e Sudeste Mediterrâneo.

Constata-se nestas regiões que, entre os anos de 2001 e 2007, a área de agricultura orgânica (incluindo aqui conservação de florestas e animais selvagens) quase dobrou, cobrindo uma área de mais de cinco milhões de hectares. Entretanto, no ano de 2008 um pequeno declínio nesta mesma área foi apresentado, supostamente devido ao questionamento de autoridades quanto a determinadas certificações de áreas de preservação e também devido ao fim de diversos fundos de ajuda internacional para programas de desenvolvimento da agricultura orgânica, especialmente nos países do Sudeste Mediterrâneo e Leste Adriático.

Os países de destaque em cada uma destas subdivisões são: Montenegro, Croácia, e Sérvia, no Leste Adriático; Tunísia, Marrocos e Turquia, no Sudeste Mediterrâneo; Itália, França e Espanha na Europa Mediterrânea.

Nos dias de hoje, a região da Europa Mediterrânea já conta com expressivo mercado comercial no segmento de produtos orgânicos baseado essencialmente em: frutas

---

<sup>2</sup> Disponível em “The World Factbook”, documento da Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2004rank.html>>. Último acesso: 9/12/2010.

secas, azeitona e óleo de oliva, ervas, temperos, frutas e vegetais frescos; plantas medicinais, cereais, mel, produtos animais, dentre outros. Já a região do Leste Asiático e Sudeste Mediterrâneo ainda conta com um mercado interno pouco desenvolvido e começa agora a se adequar às regras propostas pela União Européia, o que é essencial já que boa parte de sua produção é voltada para exportação.

De grande importância são os investimentos em pesquisa e troca de experiências que vem acontecendo na última década em toda região e o segmento de produtos orgânicos tem se destacado dentre as prioridades de ação dos governos.

#### 1.4.5 – América Latina e Caribe

De crescimento intenso, a produção de alimentos orgânicos – em especial frutas e vegetais *in natura* - desenvolvia-se na América Latina e Caribe quando a crise financeira de 2008 prejudicou parte do setor. A Tabela 4 nos fornece alguns indícios das variações de área no cultivo, por atividade econômica.

TABELA 4 - CARIBE E AMÉRICA LATINA: TIPOS DE USO DE TERRAS – COMPARAÇÃO 2007-2008

	Área (ha) 2007	Área (ha) 2008
Agricultura	6.414.709	8.065.890
Apicultura	597.725	676.447
Aqüicultura	6.382	3.478
Florestas	996	776
Pecuária em áreas não-agrícolas	(sem dados disponíveis)	15.000
Área de preservação	7.511.093	7.518.468
Total	14.530.905	16.280.060

FONTE: Ifoam, 2010, adaptado.

Os dados atestam, que agricultura e apicultura expandiram suas áreas, enquanto aqüicultura e florestas tiveram uma redução nas mesmas. Já as áreas de preservação permaneceram praticamente inalteradas.

Os países que lideram a produção de orgânicos nesta região são Argentina, Brasil e Uruguai. Entretanto, as taxas de crescimento da produção na América Latina ainda são bastante desiguais, principalmente porque (Ifoam, 2010, p.162-163):

- a) outros padrões de certificados ainda competem com a certificação orgânica e muitas vezes aqueles não exigem a ausência de produtos químicos na produção, tornando mais simples a conduta dos produtores, os quais conseguem lucros tão

altos quanto os auferidos com os alimentos orgânicos através dos selos de “Comércio Justo<sup>3</sup>”, por exemplo;

- b) os efeitos climáticos que estão ocorrendo com maior frequência nos últimos anos muitas vezes se tornam mais intensos para as plantações orgânicas, teoricamente mais sensíveis;
- c) a renda auferida pelos produtores nem sempre cobre seus custos, o que traz muitas desistências no setor;
- d) a aplicação dos certificados não ocorre de maneira homogênea, com os mesmos pré-requisitos sendo seguidos;
- e) como grande parte dos produtores são pequenos e a agricultura praticada é familiar, nem sempre estes conseguem se organizar adequadamente como forma de prover seus cultivos de maneira uniforme no mercado; esta instabilidade pelo lado da oferta dificulta a conquista de novos canais de comercialização assim como o fechamento de novos acordos comerciais;
- f) a América Latina e o Caribe ainda apresentam uma enorme defasagem nos investimentos neste setor, principalmente com infra-estrutura e logística nas áreas rurais, sendo pequenos agricultores os mais desfavorecidos pelo governo.

O mercado para a produção desta região se destina em 90% dos casos às exportações voltadas ao Japão, União Européia e América do Norte. Cresceu também o comércio com o selo de Comércio Justo (*Fair Trade*), assim como os produtos com selagem dupla. O maior desafio é o desenvolvimento dos mercados locais, devido principalmente à falta de uma oferta estável.

Os principais produtos para exportação são frutas tropicais e vegetais frescos, como kiwi, morango, banana, abacaxi, manga, peras e frutas cítricas. Também destacam-se o café e o açúcar; grão, cereais e castanhas. Carnes, vinhos, ervas, temperos e plantas medicinais também têm sua parte no comércio, apesar de apresentarem uma menor dimensão.

Os principais entraves ao desenvolvimento do segmento seriam então o pequeno apoio governamental (que vem se desenvolvendo a passos lentos em toda região), além da falta de apoio legislativo e uniformidade na aplicação de regras. Entretanto, deve-se

---

<sup>3</sup> Comércio Justo é um dos pilares da sustentabilidade econômica e ecológica; também chamado de *Fair Trade* garante que o produtor recebe remuneração justa por seu trabalho, aumentando seu acesso a novos mercados e melhorando a qualidade de vida dos mesmos.

destacar a crescente importância dos institutos de pesquisa e instituições de ensino, os quais promovem cada vez mais avanços essenciais para a manutenção e crescimento da produção orgânica na região.

#### 1.4.6 - América do Norte

##### 1.4.6.1 - Estados Unidos

Nos Estados Unidos da América, em 2009, pela primeira vez, seu *National Organic Program* (NOP) atingiu o posto de órgão independente, mostrando assim a crescente preocupação governamental com o desenvolvimento do setor. Os fundos recebidos em 2009 (referentes ao ano de 2010) para o desenvolvimento do setor foram recordes, sendo seu *staff* também quase duplicado.

Um acordo bilateral de equivalência de certificados entre Estados Unidos e Canadá foi assinado em Junho de 2009, para garantir que a demanda de ambos países seja atendida com maior eficiência. Nos Estados Unidos, embora a certificação de pastos declinou entre 2005 e 2008, os campos de colheita certificados aumentaram cerca de 51%. Os estoques de laticínios e ovos também mantêm uma expressiva margem de crescimento desde 2005. Principalmente no cultivo de grãos com expressiva produção (como soja e milho), ainda é inexpressiva a participação dos orgânicos.

Fato de extrema relevância é que mesmo com a crise financeira em 2008 as vendas de orgânicos - incluem-se aqui gêneros alimentícios e não-alimentícios – cresceram, respectivamente, 15,8% e 39,4% em relação ao ano de 2007, o que resultou na movimentação de cerca de 24,6 bilhões de dólares.

As vendas de verduras e frutas orgânicas ainda lideram o crescimento, mas também expressivo estão se tornando as vendas de cereal. O principal empecilho ao crescimento da maioria dos segmentos é a falta de insumos necessários à produção; o governo decidiu, então, em maio de 2009 fornecer 50 milhões de dólares em fundos que promovam a produção de orgânicos domesticamente. No entanto, devem as empresas apresentar as certificações exigidas garantindo a qualidade de seus produtos ou a comprovação de que passam pelo momento de conversão da lavoura.

A própria Ifoam aponta que, em 2009, cerca de 73% das famílias norte-americanas consumiram alimentos orgânicos, majoritariamente por questões de saúde. Muitas delas inclusive aumentaram suas despesas com este tipo de consumo.

#### 1.4.6.2 - Canadá

Ponto de extrema relevância para o país foi o acordo bilateral assinado com os Estados Unidos em julho de 2009. Com uma demanda apresentando forte crescimento, estudos apontam que seu clima é propício à produção de grãos e sementes oleaginosas. Houve o crescimento de estabelecimentos certificados e principalmente de leite orgânico (crescimento de 25%) e de setores manufaturados, os quais aumentaram em 40% sua produção entre 2006 e 2008.

O Canadá é o maior exportador mundial de *commodities* orgânicas e produtos com valor agregado. Um terço das indústrias norte-americanas usam insumos canadenses, mas os principais países de destino da produção são Japão, Taiwan e União Européia.

Apesar de não apresentar nenhuma política específica direcionada à produção de orgânicos, este setor sempre é consultado diante das decisões que envolvem políticas agrícolas no Canadá. Há, entretanto, enormes esforços e investimentos em pesquisa para o desenvolvimento do setor, como o estudo e auxílio de agrônomos diretamente nas plantações.

Assim, o mercado canadense conta com a maioria das ferramentas necessárias à expansão, como novos mercados importadores, demanda interna fiel e investimentos pesados nas questões de certificações.

#### 1.4.7 - Oceania

##### 1.4.7.1 - Austrália

O maior avanço alcançado pela Austrália no ano de 2009 foi a adoção das mesmas exigências antes apenas cobradas dos produtos voltados para exportação para aqueles

vinculados ao mercado interno, “para assegurar a integridade dos produtos que são vendidos como orgânicos ou biodinâmicos na Austrália” (Ifoam, 2010, p. 201).

O acordo adotado no último ano foi um grande avanço para todo o país, uma vez que o governo – antes preocupado apenas com poucas produções voltadas para exportação, declarou que os avanços da agricultura orgânica são de enorme importância ao meio ambiente e à economia do país.

Ainda não há dados sistematizados relativos ao desenvolvimento da produção nos anos de 2008 e 2009 (como pode ser encontrado para as demais nações), entretanto, o panorama vigente segundo Ifoam (2007) apud Ifoam (2010) mostrava que os principais produtos comercializados são grãos, frutas e vegetais, vinho, laticínios. Destacava-se também a pecuária de caprinos, tanto para carne quanto para lã; na Austrália há uma grande parte de terras sendo usadas para pecuária extensiva, mas nos últimos anos passa a ganhar espaço o manejo intensivo do gado. No início dos anos 90, a área sob manejo orgânico era estimada em 150.000 hectares, enquanto no ano de 2006 já se encontrava na casa dos 12,3 milhões de hectares.

No que se trata dos investimentos em pesquisas havia um único fundo no país atuando desde 1996, mas que teve seu fim decretado no ano de 2009 com apenas poucas verbas remanescentes para conclusão dos trabalhos já existentes. Alguns financiamentos vindos diretamente dos setores privados ou dos estados financiam poucos projetos. A única prática adotada pelo governo a partir de 2009 foi a de financiamento de *workshops* para treinar os agricultores ao manejo orgânico.

#### 1.4.7.2 - Nova Zelândia

O mercado orgânico neo-zelandês se desenvolve de maneira estável desde meados da década de 80, mas a crise de 2008 afetou tanto as exportações quanto o consumo destes produtos. A partir da década de 90, houve um crescimento mais veloz do comércio destes alimentos por razões ambientais (climáticas) e relacionadas à sustentabilidade da nação, além da forte oposição populacional acerca da “engenharia genética” aplicada às plantações. De relevância para o segmento foi a criação em 2005 do *Organics Aotearoa New Zealand* (OANZ), organização que conta com fundos governamentais para o

desenvolvimento do setor, principalmente em lavouras que ainda se encontram no período de conversão.

Seus principais produtos primários orgânicos são: maçã, kiwi, *blueberry*, laticínios, carne e lã, vegetais frescos e processados. Há também um forte interesse na viticultura biodinâmica, com aumento significativo nos vinhedos convertidos em cultivos orgânicos e biodinâmicos. Seu mercado doméstico movimentava cerca de 315 milhões de dólares neozelandeses anuais e suas exportações mais de 170 milhões. Apesar de estável, o crescimento do mercado doméstico desde 2000 ocorre devido às preocupações com o uso de sementes modificadas, além das facilidades de se encontrar os produtos cada vez mais comuns e de melhor qualidade.

Já as exportações, em crescentes taxas desde a década de 80, estavam compostas em 2009 de: frutas frescas e vegetais (correspondem a 50% da pauta de exportações do segmento); laticínios (16%) e comida processada (12%). Os principais destinos são: Europa (37%); América do Norte (22%) e Austrália (9%), sendo que a demanda para a maioria dos produtos é maior do que a oferta. (Ifoam, 2010, p.205).

Há também pequenas organizações que recebem apoio governamental para o desenvolvimento do setor, seja no âmbito das certificações, da conversão da lavoura ou mesmo de estratégias de *marketing*. Em relação à pesquisa, os maiores avanços são obtidos com fundos privados e iniciativa de universidade em conjunto com os próprios produtores. Muitos dos incentivos são provenientes da OANZ.

## 1.5 - PANORAMA GERAL

Após análise dos dados sistematizados sobre diferentes regiões do mundo que produzem alimentos orgânicos, percebe-se que, apesar das características peculiares a cada uma delas, o elo comum que une a temática é o crescimento do segmento. Em todos os casos a oferta cresceu em ritmo acelerado e muitas vezes não sofreu grandes influências da crise financeira de 2008, o que mostra cerca de estabilidade nos demandantes dos produtos orgânicos. É provável que este seja apenas o início de uma nova era no que diz respeito às questões ambientais e de saúde alimentar o que acarretaria assim num promissor mercado. No capítulo que se segue estudaremos o mercado nacional de orgânicos.

## 2– UM PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NACIONAL

Foi apenas no início deste século que o governo brasileiro percebeu a lacuna deixada pela falta de dados sistematizados sobre determinados setores produtivos – carentes estes de informações que direcionassem possíveis políticas desenvolvimentistas, como foi o caso da agricultura em pequenas propriedades. No ano de 2006, foram introduzidas novas diretrizes legais para a classificação da “Agricultura Familiar”, o que permitiu a elaboração de um Censo Agropecuário mais preciso, que engloba com maiores detalhes essa parcela do sistema agrícola, inclusive os orgânicos. É importante destacar que a produção orgânica nacional é majoritariamente composta de alimentos *in natura*, principalmente de origem agropecuária, o que justifica o enfoque dado aos cultivos em pequenas propriedades, muitas das quais se enquadram nos conceitos da Agricultura Familiar, assim definida nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

- a) a necessidade de propriedades com no máximo quatro módulos fiscais (lembrando que a medida do módulo fiscal varia de acordo com a região do país), com uso predominante de mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento e que através dela obtenha a maior parcela da sua renda; a direção pelo proprietário de seu estabelecimento ou empreendimento com ajuda apenas da própria família;
- b) são também beneficiários desta lei: silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; pescadores e extrativistas que exerçam tais atividades artesanalmente, excluídos garimpeiros e fiscoadores.

Assim, com os dados provenientes de IBGE (2006) relativos à Agricultura Familiar e à agropecuária orgânica no Brasil, pode-se elaborar um panorama sobre as principais características do produtor, além das possibilidades de financiamento nacional e também sobre diferentes insumos usados pela agricultura orgânica em relação à convencional, compondo, assim, o panorama da produção brasileira.

## 2.1 - O PERFIL DO PRODUTOR NACIONAL

O total de estabelecimentos com cultivo orgânico dentre os classificados como estabelecimentos de agricultura familiar é de 90.497 estabelecimentos, o que representa apenas 1,74% do total. Entre estes, cerca de 5,64% são certificados por entidades credenciadas e 46% possuem certo grau de associação com cooperativas ou entidades de classe, como sindicatos e associação/movimento de moradores, por exemplo (Censo Agropecuário, 2006).

Na Tabela 5, a agricultura está classificada de acordo com o perfil do estabelecimento no qual é realizada e do uso de diretrizes orgânicas ou não.

TABELA 5 – PERFIL DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA E USO DE DIRETRIZES ORGANICAS

Variável Seleccionada	Total de Estabelecimento	USO DE AGRICULTURA ORGÂNICA NOS ESTABELECIMENTOS			Não faz
		Total	Faz e é Certificada*	Faz e não é Certificado*	
Total	5.175.489	90.497	5.106	85.391	5.084.992
Produtor não associado	3.048.966	48.867	1.999	46.868	3.000.099
Cooperativa	346.365	5.358	804	4.554	341.007
Entidade de classe	1.557.449	33.121	1.604	31.517	1.544.328
Cooperativa e entidade de classe	202.709	3.151	699	2.452	199.568

FONTE: IBGE, **Censo Agropecuário 2006**, adaptado.

NOTA: \*por entidade credenciada

Apesar das baixas estatísticas indicativas de cultivo orgânico em relação àqueles que não o fazem apresentadas na Tabela 5, o estudo

não [se] considerou como agricultura orgânica o sistema de produção em que o produtor, apesar de não usar adubos químicos e agrotóxicos, não tinha interesse ou desconhecia as técnicas específicas exigidas pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos (Censo Agropecuário, 2006, p.221)

excluindo, portanto, das estatísticas da produção orgânica, boa parte das culturas de subsistência que poderiam ser caracterizadas como tal, já que dentro de suas práticas seguem-se as diretrizes básicas deste tipo de cultivo.

Assim, o Censo Agropecuário nos mostra que apenas 1,7% dos estabelecimentos brasileiros se ocupam com atividades classificadas como orgânicas; além disso, dentre os produtores de alimentos e pecuária orgânicos, cerca de 54% não são associados nem a cooperativas nem a entidade de classes, o que representa ineficiência para o setor, já que sozinhos os produtores são responsáveis apenas por uma pequena parcela da oferta total e

não conseguem assim exercer nenhum tipo de representatividade dentro do segmento; nem se organizarem de forma a facilitar entraves relativos a custos de distribuição e fornecimento contínuo, sendo estes impedimentos ao aumento da comercialização de produtos orgânicos.

IBGE (2006) também nos mostra outras estatísticas importantes: dentre os estabelecimentos orgânicos, quanto maiores são, maior a parcela certificada; nos estabelecimentos com até 10 (dez) hectares, 4,3% são certificados enquanto nos estabelecimentos com mais de 500 (quinhentos) hectares, este valor passa a ser aproximadamente 9,1%. Apesar do valor (relativo) dos estabelecimentos certificados mais do que dobrar se comparadas as maiores e as menores áreas de cultivo, ainda é muito baixa a parcela real que se preocupa com a certificação. Com isto, deixam de aproveitar as oportunidades de atuação em mercados diferenciados e também de inserirem uma maior margem de lucro no cultivo.

## 2.2 - INSUMOS CONVENCIONAIS *VERSUS* AGRICULTURA ORGÂNICA

Um ponto importante a ser destacado no tocante à ínfima participação do Brasil na produção e no comércio dos alimentos orgânicos é a força que o comércio de produtos agrícolas convencionais aqui exerce. Pela Tabela 6 pode-se comparar os tamanhos dos setores exportadores orgânico e convencional.

TABELA 6 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS CONVENCIONAIS *VERSUS* ORGÂNICOS (US\$ FOB)

	2007	2008	Variação percentual
Exportação (convencionais)	58.420 000.000	71.806.000.000	22,91%
Exportação (orgânicos)	11.956.109	13.192.307	10,33%

FONTE: Aliceweb, 2010<sup>4</sup>

É possível perceber que tanto as exportações de convencionais quanto de orgânicos crescem a taxas significativas, mas que a participação relativa dos orgânicos (em dólares) representou menos de 0,02% da exercida pela convencional, sugerindo mais uma vez que há muito espaço para o cultivo orgânico ser explorado e que muito se perde pelo não aproveitamento deste segmento, que apresenta maiores margens de lucratividade conforme já citado.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Último acesso: 31/10/2010.

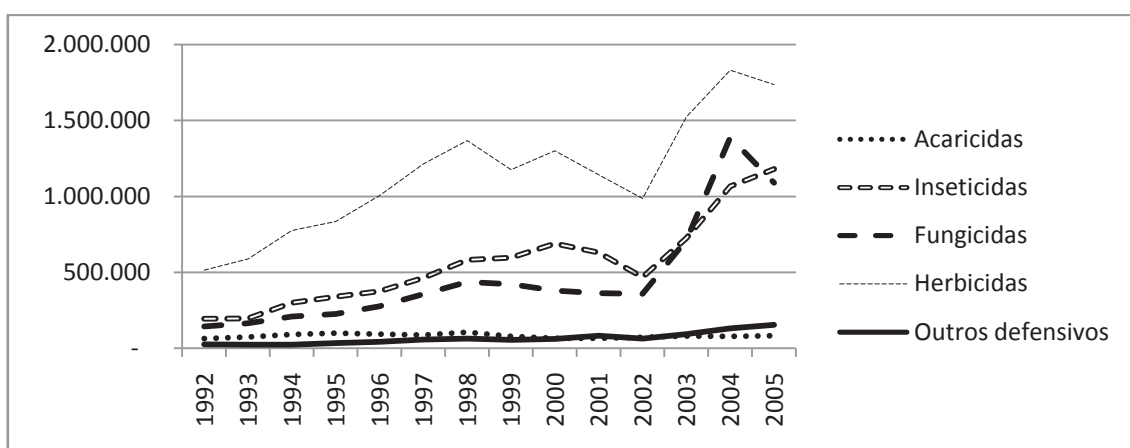
Cabe salientar que o mercado tradicional agrícola estimula também diversos fornecedores de insumo (nacionais e internacionais), os quais muitas vezes lutam contra a expansão das plantações orgânicas, pois estas levariam a uma menor demanda por seus produtos, como é o caso das grandes indústrias fornecedoras de sementes geneticamente modificadas e dos mercados de pesticidas e fertilizantes, já que o cultivo orgânico possui um método produtivo que visa o equilíbrio da atividade antrópica e do meio ambiente, desconsiderando o uso de insumos de origem química como os encontrados no cultivo convencional.

Segundo documentos da entidade chamada *National Sustainable Agriculture Information Service*, há inúmeros preceitos a serem seguidos para que as plantações consigam as certificações atestando que seus cultivos estão de acordo com as normas vigentes para preservação do meio e livre de contaminação, dentre os quais destacam-se:

- a) Proteção contra contaminação proveniente de plantações vizinhas: pesticidas que escoam, águas com fertilizantes que cruzam as plantações e pólen deixado de sementes geneticamente modificadas (Ncat, 2003, p.10);
- b) Rotação de culturas: esta prática permite o aumento da biodiversidade nas terras, o que no caso dos cultivos orgânicos deve ser mensurado sendo então um importante indicador das condições apresentadas pela terra, uma vez que “exerce um papel crucial no controle de pestes. Diversos sistemas agrícolas contam com grandes populações de predadores e parasitas que mantêm o controle de pestes em níveis manejáveis” (Ncat, 2003, p.12). Muitas vezes deve-se então intercalar os cultivos com plantações de leguminosas ou grama para restaurar os níveis de nutrientes (principalmente ao manter as bactérias fixadoras de nitrogênio) e evitar a erosão do solo.

Em contraste, no cultivo tradicional, as plantações são cada vez mais inundadas com um número desnecessário de fertilizantes solúveis, desequilibrando os níveis de nutrientes necessários ao cultivo e tornando assim as plantações suscetíveis a ataques de pragas e insetos, o solo menos fértil e os alimentos mais contaminados. O Brasil aplica cada vez mais agrotóxicos em suas plantações e o aumento no uso de defensivos agrícolas pode ser mensurado de acordo com a Tabela 7, a qual nos dá uma idéia do crescimento no consumo de acaricidas, inseticidas, fungicidas, herbicidas (e outros) entre os anos de 1992 e 2005.

TABELA 7 - VENDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (US\$ MIL)



FONTE: IBGE, 2006.

Além disso, houve uma intensificação no uso de fertilizantes no mesmo período, o que trouxe maiores custos para os produtores nacionais. Considerando uma relação de troca entre fertilizantes/produtos selecionados, tem-se que para a saca de algodão (15kg), em 1995, o índice era de 36,3, subindo para 48,3 em 2004; no caso do milho (saca de 60kg), o que no primeiro período era indicado como 45,9, no segundo passa a ser 57,1. Os aumentos também se deram nos casos do arroz irrigado, feijão, soja e trigo (Sindag, 2006).

Anexo aos dados relativos ao uso de defensivos agrícolas e fertilizantes é expressivo também o aumento anual na produção de matérias-primas e produtos intermediários para a elaboração dos mesmos, conforme mostram os dados da *Associação Nacional para Difusão de Adubos* (Anda, 2006). Dentre os produtos intermediários para fins fertilizantes, entre os anos de 1990 e 2005, o aumento no consumo foi de 3.511 mil toneladas enquanto que o uso de matérias-primas também para fins fertilizantes apresentou aumento no consumo de 3.354 mil toneladas.

Além dos pontos desfavoráveis anteriormente citados, há pesquisas evidenciando que o uso de agrotóxicos afeta não apenas os consumidores dos alimentos produzidos, mas também os trabalhadores, que pulverizam o veneno, e as populações, que tangenciam as plantações. Comumente surgem denúncias em jornais de todos os cantos do país que mostram tanto os malefícios do uso de agrotóxicos, quanto a intervenção exercida por determinados grupos de influência (como produtores de sementes geneticamente

modificadas) em nossas vidas; infelizmente tais discussões ainda não prendem a atenção da maioria dos brasileiros<sup>5</sup>.

Por outro lado, é crescente a atuação de grupos preocupados com a causa ambiental e social envolvendo o uso exagerado de agrotóxicos. Além de pesquisas científicas e ONGs, em 2003 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou o programa “Pró-orgânico”, o que possibilitou a implementação da Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPorg) e comissões nos estados<sup>6</sup>. Mesmo assim, os setores que comandam a agricultura convencional exercem enorme peso na economia brasileira e corroboram para o não interesse no desenvolvimento do cultivo de orgânicos.

Torna-se importante então lidar com outro assunto gerador de controvérsias sobre a temática: o argumento de que a cultura orgânica apresenta menor produtividade do que a convencional, que é contrariado no caso do cultivo de soja, como mostram os dados da Tabela 8:

TABELA 8 - INDICADORES TÉCNICO-ECONÔMICOS DA CULTURA DA SOJA- MARÇO 2003

INDICADORES	UNIDADE	ORGÂNICO	CONVENCIONAL
Produtividade	Kg	2.760	2.760
Custo variável médio	R\$/Kg	0,27	0,34
Custo total médio	R\$/Kg	0,40	0,47
Custo total	R\$/ha	1.100,46	1.300,21
Preço recebido	R\$/Kg	0,68	0,57
Valor bruto da prod.	R\$/ha	1.876,80	1573,20
Lucro bruto	R\$/ha	776,34	272,99
Benefício/custo total	R\$	1,71	1,21
Ponto de equilíbrio	R\$/ha	853,66	1.521,74

FONTE: PELINSKI et. al. (2004), adaptado.

O ponto de equilíbrio relaciona Custos Totais e Receita Total e nos indica que o “sistema convencional necessita produzir 668,08 Kg por hectare [15521,74 menos 853,66] a mais do que a agricultura orgânica para começar a obter lucros” [PELINSKI et. al. (2004)]. Assim, considerando uma plantação orgânica de soja em larga escala que apresente a

<sup>5</sup>Em matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* de 17/07/2010, insinua-se (apesar da não comprovação científica) que o aumento nos casos de suicídio e depressão em Fátima do Sul (Mato Grosso do Sul) tenha se dado de maneira diretamente proporcional ao aumento no uso de agrotóxicos. Já uma evidência do favorecimento de determinados grupos de influência pode ser vista em reportagem do *Diário do Nordeste*, de 20/07/2010: a notícia cita que no Ceará, os agrotóxicos – inclusive alguns não aceitos em boa parte do mundo - estão isentos de impostos com a justificativa de “ampliação de investimentos”.

<sup>6</sup>No Paraná, por exemplo, em 2010 entrou em vigor o Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Paraná (Siagro), o qual monitora a venda de agrotóxicos em todo estado.

mesma produtividade da convencional, aquela contaria com maiores índices de custo-benefício.

### 2.3 - FINANCIAMENTO

No que diz respeito aos custos da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, o problema de financiamento nacional também deve ser mencionado. É bom salientar que um produtor intencionado a entrar no mercado de produtos orgânicos nacional incorria, até 2007, em alto custo de transição da lavoura convencional para a orgânica e, apesar do governo brasileiro desenvolver linhas de crédito específicas para produções ecologicamente sustentáveis, não incluía ajuda para que o produtor pudesse arcar com os altos custos oriundos do tempo médio de conversão, período em que ainda não pode vender a produção com o título de orgânica:

(...) de acordo com o regulamento CEE 2092/91, as plantas comestíveis ou partes comestíveis de plantas (frutos, sementes, talos, folhas, raízes etc.) que cresçam de forma espontânea em áreas naturais, florestas e áreas agrícolas são consideradas um produto orgânico, quando as áreas onde são encontradas não tenham sido tratadas com produtos químicos e/ou sintéticos, durante três anos precedentes à colheita. A colheita não poderá afetar a estabilidade do ecossistema nem prejudicar a conservação das espécies nativas (Bndes, 2003, p.3).

Assim, antes de 2007, encontrava-se um panorama em que:

(...) o Governo tem atuado [atuava] de duas formas. De um lado, busca[va] a regulamentação do mercado por meio da criação do marco regulatório para a produção e a comercialização de produtos orgânicos. De outro, atua[va] no financiamento à agricultura orgânica por meio da criação de linhas especiais de crédito que contemplam o setor. Deve-se destacar que tais mecanismos de financiamento não contemplam o período de conversão da lavoura, o que representa[va] (...) uma barreira importante para a expansão da produção orgânica. (Mapa, 2007, p. 67).

A partir de 2007, com o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o governo passou a fornecer linhas de crédito basicamente voltadas à preservação do meio ambiente. Entretanto, estas eram majoritariamente voltadas às classes C e D e às pequenas propriedades, com créditos de no máximo R\$7.000,00, ou, no caso de financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais: até R\$10.000,00. Assim, segundo o Ministério da Agricultura (2010), encontramos:

a) Pronaf Agroecologia

Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

b) Pronaf Eco

Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitem ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida;

c) Pronaf Floresta

Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;

d) Pronaf Semi-Árido

Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas.

De qualquer maneira, os financiamentos governamentais representam uma parte ínfima do total disponível para financiamentos agrícolas, talvez pela pequenez do mercado (em relação à agricultura tradicional), ou pelo próprio desconhecimento por parte do governo e dos produtores de quão promissor é tal seguimento. É bom lembrar, que a maior parte dos financiamentos para a produção orgânica provém atualmente de créditos oriundos do Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

Em contrapartida, quanto tratamos do continente europeu, desde 1998 está inclusa na Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia incentivos à produção de orgânicos. Na região abrangida pelo PAC, tem-se 73% da área de produção orgânica subsidiada e 88% das propriedades sob manejo orgânico apoiadas por programas sócio-ambientais. Lá são crescentes também as preocupações com o desenvolvimento técnico-científico desta cultura (Bndes, 2006).

Em suma, através deste panorama nacional de produção, podemos chegar a algumas conclusões: o setor orgânico no Brasil representa uma parte ínfima se comparada ao setor convencional; parte disso pode ser explicado pelos grupos de pressão contrários ao

desenvolvimento do segmento, principalmente aqueles que fornecem insumos para o cultivo tradicional (sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos); por outro lado, o Governo brasileiro começa a atuar de forma a favorecer os orgânicos, seja através de uma maior abrangência de seus financiamentos (que agora englobam, por exemplo, os períodos de conversão da lavoura), seja através do desenvolvimento da Comissão Nacional de Produção Orgânica. O próximo capítulo trata dos avanços e dificuldades no âmbito da distribuição e comercialização dos produtos orgânicos.

### **3 – A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NO BRASIL**

Após o tratamento das questões produtivas envolvendo o cultivo orgânico, no capítulo 2, o presente capítulo tem por objetivo tratar os aspectos da comercialização. Para isto mostraremos quais as margens de lucro sobre a produção e seus efeitos na demanda, assim como as características do consumidor; indicaremos os principais canais de distribuição e centros de comercialização nacionais, além da importância das certificações internacionais, que mesmo encarecendo o produto final, abrem um leque de possibilidades ao produtor. Assim, apesar de se tratar de um mercado ainda pouco desenvolvido nacionalmente, a comercialização dos orgânicos apresenta diferentes características e entraves dependendo do objetivo do produtor.

#### **3.1 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NACIONAL**

A produção de alimentos orgânicos dos países historicamente conhecidos pela exportação de bens primários como o Brasil é voltada a duas principais finalidades: exportação e comercialização local. A atividade de exportação é pautada basicamente em produtos primários; são frutas, legumes, ervas, óleos vegetais e bebidas à base de frutas, muitos dos quais servem como matérias-primas certificadas - base estas para manufaturas nos países industrializados. Já os produtos vinculados à comercialização local muitas vezes são excedentes daqueles voltados às exportações, ou simplesmente produtos de origem animal e vegetal não-certificados que podem ser encontrados em feiras, por exemplo. É muito pequena a escala com que os produtos orgânicos industrializados nacionais são comercializados dentro do Brasil (Mapa, 2007).

Sabe-se que, no caso da produção brasileira, grande parte do cultivo de orgânicos se dá por questões de subsistência, ou seja, conhecimentos – muitas vezes avançados – de rotação de culturas, manejo do solo e controle de pragas são aplicados em meio à própria agricultura familiar, que pode gerar um pequeno excedente a ser comercializado em feiras locais ou pequenos negócios; boa parte da comercialização não certificada de orgânicos se dá desta forma.

Na década de 70, a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) uniu alguns produtores de orgânicos do Estado para a troca de experiências e comercialização conjunta. Um movimento similar ocorreu no Rio Grande do Sul, com uma organização cooperativista e de auto-gestão chamada de Coolméia, que em 1989 passou a promover as primeiras Feiras Ecológicas nacionais. A importância da formação de associações e cooperativas de produtores orgânicos se dá, pois:

Para os produtores, participar de uma feira exige um investimento inicial que pode ser considerável. A distância entre a unidade produtora e o ponto de venda, bem como o reduzido volume comercializado, significam dificuldades operacionais e custos financeiros que somente [podem] ser superados com o apoio de ações coletivas e, eventualmente do poder público (especialmente na divulgação) (Mapa, 2007, p.41).

Aqui deve-se lembrar que, no Brasil, ainda são raros os estímulos à produção orgânica, seja no âmbito fiscal, com falta de subsídios e incentivos, como no aspecto de apoio a pesquisas, por exemplo. Muito dessa carência também é sentida com a falta de participação nas decisões mundiais sobre certificações, pautadas sempre nas características e necessidades dos países desenvolvidos, o que dificulta ainda mais a implementação do selo de conformidade nos cultivos nacionais. Para adequar-se, os produtores gastariam uma parcela considerável de sua renda e, por isso mesmo, quando se trata de produções em pequena escala, ocorre o desinteresse do produtor nacional em voltar-se para os alimentos orgânicos.

Por outro lado, quando tratamos a produção de alimentos voltados para exportação é óbvia a necessidade de certificação, tanto para que os produtores nacionais possam competir num mesmo patamar em relação aos demais quanto para que os importadores saibam exatamente a qualidade da mercadoria adquirida, facilitando a abertura dos canais de comercialização. Geralmente esta produção voltada para o exterior só é rentável se praticada em larga escala, o que acaba gerando um excedente destinado à comercialização nacional em grandes redes de supermercados; estes visivelmente começam a ampliar a área destinada aos produtos orgânicos em geral, assim como se torna cada vez maior o número de lojas especializadas em produtos naturais.

Na Tabela 9, pode-se encontrar os resultados de uma pesquisa realizada pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 611 pontos de comercialização de produtos orgânicos nacionais e divididas entre diferentes canais de comercialização.

TABELA 9 – UNIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS, POR ESTADO.

Estado	Supermercado	Associações e Feiras	Lojas/comércio	Cestas em domicílio	Total (%)
São Paulo	102	10	58	35	37,68
Santa Catarina	13	116	4	1	24,64
Rio Grande do Sul	20	49	10	3	15,07
Rio de Janeiro	35	9	23	6	13,42
Paraná	10	29	8	3	9,19
Total (%)	33,08	39,16	18,94	8,82	100

FONTE: Sebrae (2004) apud Mapa (2007), adaptado.

Percebe-se, assim, que apesar da predominância das associações e feiras como principais canais de comercialização, a diferença percentual destas em relação à participação dos supermercados é pequena (cerca de seis pontos percentuais). Apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo destacam-se as distribuições via supermercados como principal canal; também são os estados que possuem o maior número de lojas e comércio especializados na venda de produtos orgânicos, responsáveis por 31% e 28% (respectivamente) da participação no total de suas unidades comercializadoras.

Já nos países desenvolvidos, encontram-se comumente supermercados especializados em orgânicos, como é o caso do *Biogros* na França, do *Bioethic* na Alemanha ou a rede *Planet Organic* no Reino Unido (Mapa, 2007, p.27). Além disso, em praticamente todos os países que apresentam taxas elevadas de consumo, percebe-se um aumento nas pressões dos varejistas, que passaram a impor suas reivindicações tanto nos quesitos de embalagem, rotulagem e especificações produtivas, como também para que se adote um sistema de larga produção, o que traria uma oferta contínua dos produtos por eles oferecidos.

Na Tabela 10 pode-se visualizar o percentual da participação dos principais canais de comercialização de produtos orgânicos nos países desenvolvidos e também conferir que, no total, a distribuição via supermercados é muito parecida com a distribuição via lojas especializadas. Se considerado cada país individualmente, predominam os supermercados convencionais para distribuição de orgânicos na Grã-Bretanha, Suíça e Dinamarca, sendo que nestes dois últimos as vendas diretas superam a participação das lojas especializadas em alimentos naturais; já nos Estados Unidos, Alemanha, Itália, França e, principalmente, Holanda, a concentração das unidades de comercialização se dá justamente nas lojas especializadas em alimentos naturais.

TABELA 10 – SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM 2000 (PERCENTUAL)

País	Supermercado Convencional (%)	Lojas especializadas em alimentos naturais (%)	Vendas diretas e outras (%)
Estados Unidos	31	62	7
Alemanha	26	46	28
Grã Bretanha	74	15	11
Itália	23	60	17
França	38	46	16
Suíça	57	21	22
Holanda	2	96	2
Dinamarca	90	2	8
<b>Total (%)</b>	34,1	34,8	11,1

FONTE: Willer e Youssefi (2001) apud (Ifoam, 2010).

Segundo Instituto Gallup apud Mapa (2007, p.46), “as pesquisas realizadas no Brasil sobre o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos apresentam dados semelhantes aos encontrados nos países mais desenvolvidos”. O perfil do consumidor nacional é de predominância feminina<sup>7</sup>, morando em sua maioria no interior do estado de São Paulo, com maior grau de escolaridade, entre 30 e 50 anos de idade e hábitos de consumo diversificado; buscam predominantemente um estilo de vida mais saudável e livre de agrotóxicos, além de um alimento mais saboroso; consideram num segundo plano os benefícios ao meio ambiente. Numa pesquisa realizada com 906 consumidores paulistas de alimentos orgânicos, cerca de 45% não sabiam definir o que eram alimentos orgânicos, muitos o confundiram produto hidropônico (vegetais produzidos sem o uso do solo, mas não necessariamente sem química ou agrotóxicos) e houve até quem os comparasse com os alimentos transgênicos. Reclamam, em geral, da inconstância da oferta e das dificuldades em encontrar unidades de comercialização; além disso, muitas vezes deixam de consumi-lo por se sentirem mais atraídos pela aparência do produto convencional do que pelas suas características nutricionais (Mapa, 2007, p.46).

Do ponto de vista do produtor,

Um dos fatores mais críticos quanto à demanda é a necessidade de acompanhar as mudanças de comportamento e hábito dos consumidores (...), pois permite orientar o trabalho de produção, direcionar o processo de marketing e comercialização, além de dar uma idéia da importância desse segmento de consumo no mercado regional (Mapa, 2007, p. 83)

Pode-se dizer que há dois tipos de consumidores orgânicos. O primeiro é aquele que já os consome por vários anos, tem pleno conhecimento das características físicas e nutricionais que devem ser apresentadas e os buscam principalmente em feiras e lojas

<sup>7</sup> Pesquisa realizada por Lombardi et al (2003) apud MAPA,(2007, p.85) indica que no estado de São Paulo a predominância é masculina, vide TABELA 11.

especializadas. O segundo é aquele consumidor que passou a se interessar por orgânicos recentemente devido a maior divulgação dos produtos “ecologicamente corretos” em toda mídia e mesmo devido ao aumento da oferta de diferentes produtos orgânicos nas grandes redes de supermercado. Para a cidade de São Paulo, Lombardi et al (2003) apud Mapa (2007) nos fornece a caracterização do consumidor, apresentada na Tabela 11.

TABELA 11 – SÃO PAULO: PERFIL DO CONSUMIDOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM 2002

Idade	27,5% tinham idade até 30 anos, 55,1% entre 31 e 50 anos e 17,4% acima de 51 anos
Sexo	44,9% eram do sexo feminino e 55,1% do sexo Masculino
Escolaridade	65,2% tinham curso superior e 32,8% curso primário e secundário
Rotulagem de produtos	97,8% consideravam importante para identificar sua origem e 2,2% não o consideravam
Itens relevantes para a decisão de compra dos produtos orgânicos	origem dos produtos (55,7%), preço (36,6%), rótulo (26,7%) e marca (26,4%)
Grau de conhecimento dos consumidores	98,5% já tinham ouvido falar e somente 1,5% nunca tinham ouvido falar em agricultura orgânica
Meio de comunicação que mais ouviu falar sobre alimentos orgânicos	a televisão apareceu em primeiro lugar, seguida do jornal, revista e rádio.
Debate sobre produtos orgânicos	99,3% acreditavam que deveria haver mais e 0,7% não
Relação produtos orgânicos e benefícios à saúde	88,4% acreditavam, 1,4% não acreditavam e 10,1% não tinham opinião
Influência da agricultura orgânica no meio ambiente	89,8% acreditavam que sim, 5,8% não acreditavam e 4,3% não tinham opinião
Preferência de consumo	o produto orgânico é preferido ao convencional
Consumo de produtos orgânicos	Preferiram <i>in natura</i> , seguido do produto orgânico industrializado

FONTE: Lombardi et al. (2003) apud MAPA (2007, p.84)

A pesquisa corrobora com as estatísticas nacionais que indicam a média de idade da maioria dos consumidores entre trinta e cinquenta anos e ainda mostra que para a cidade de São Paulo predominam os consumidores do sexo masculino, com maior grau de escolaridade, capazes de identificar e valorizar a rotulagem dos produtos; a origem dos produtos é o item de maior relevância para orientação das compras em 55,7% dos casos; além disso, há apoio a ampliação do debate sobre alimentos orgânicos, sendo que 88,4% acreditavam na relação “produtos orgânicos e benefícios à saúde”, enquanto 89,9% dos consumidores apostavam na influência da agricultura orgânica no meio ambiente. O consumo de produtos orgânicos *in natura* é preferido.

### 3.2 - PREÇO E MARGENS DE LUCRO

O crescimento do consumo de orgânicos também encontra um forte entrave se considerado seu preço de mercado em relação aos convencionais. Sabe-se que por se tratar de um produto diferenciado, com custos maiores devido aos gastos com certificações<sup>8</sup> e menor escala produtiva, naturalmente tem-se um preço elevado para este segmento de mercado. Porém, pode-se destacar que o sobre-preço praticado vem essencialmente da margem de lucro excessiva tomada pelos comercializadores.

Estudos realizados nas cidades de Curitiba e Rio de Janeiro, por FONSCECA et al (1999) e DAROLT (2002) comprovaram que “a diferença entre o preço pago pelos consumidores e o que recebem os produtores pode chegar a até 760%, sendo a média de 250%” (Mapa, 2007, p.47), ou seja, pelo menos ao considerarmos os pequenos produtores, que acabam vendendo seus produtos aos grandes supermercados, a margem de lucro acaba não sendo repassada a eles, mas sim tomadas pelos próprios comercializadores, que justificam as altas margens aplicadas pela inconstância de fornecimento do produto (ORMOND et al, 2002). A Tabela 12 nos informa a diferença percentual nos preços de sessenta produtos orgânicos se comparados aos convencionais.

TABELA 12 – DIFERENCIAL DE PREÇO NO BRASIL – ENTRE ALGUNS PRODUTOS ORGÂNICOS E CONVENCIONAIS

%	Número de Produtos
Até 50	11
50-100	17
100-200	16
Acima de 200	16

FONTE: Bndes (2002) apud Mapa (2007)

Entre as justificativas desta maior precificação dos orgânicos, Alcântara e Souza (2005) apud Mapa (2007) cita:

- a) Demanda maior que oferta;
- b) Variação dos riscos de perda na produção, devido ao grau de dificuldade de cultivo do produto no sistema orgânico;
- c) Posicionamento do produto no ponto de venda (quanto a preço, sortimento e variedade e segmento de mercado).

<sup>8</sup> Os custos com certificações são: (a) pagamento da taxa de inscrição à certificadora; (b) pagamento da inspeção da produção em montante equivalente ao número de diárias despendida pelo inspetor; (c) pagamento à certificadora de 0,5 – 2 % do valor total das vendas previsto em nota fiscal. No caso de um grupo de produtores ou cooperativa, a inspeção pode ser feita por amostragem e as diárias do inspetor divididas, reduzindo assim os custos do produtor orgânico.

Outros fatores que contribuem para que os alimentos orgânicos tenham margens de lucro mais altas do que os convencionais são as questões que envolvem transporte, logística e armazenamento, em geral: cerca de 20% das frutas e hortaliças são perdidas entre a colheita e o ponto de venda devido a falhas de sistemas adequados. Como a grande maioria dos produtos orgânicos é perecível, mais uma vez a sugestão seria a associação de produtores, que se bem organizados podem montar cooperativas capazes de firmar acordos com empresas distribuidoras favorecendo todos os envolvidos: produtores, que deixarão de perder parte da oferta por questões de logística; comercializadores, os quais contarão com uma oferta mais constante podendo inclusive reduzir o *mark-up* por eles estipulados; distribuidores, já que canais de compra e venda serão estabelecidos com maior confiança devido à oferta; consumidores, que poderão vir a pagar um preço menor. Quanto a isso é importante destacar que o produto orgânico é suscetível a variações no nível de renda do consumidor, uma vez que a demanda por orgânicos está concentrada nas classes de maior poder aquisitivo.

### 3.3 - CERTIFICAÇÕES

Sabe-se que o aumento de conhecimento técnico-científico inseriu novas exigências de qualidade para inúmeros (se não todos) bens e serviços, o que inclui aqui os produtos alimentícios. No caso específico dos alimentos orgânicos, há a questão da confiabilidade a ser transmitida aos consumidores, uma vez que este tipo de produto deve apresentar características muito específicas durante todo seu cultivo e manipulação, o que envolve o preparo do solo, o uso de insumos corretos, a armazenagem e estocagem adequados, assim como o processamento, dentre diversas outras características que estão fora do alcance do consumidor final conferir; por isso a necessidade de se certificar os produtos orgânicos.

As certificações orgânicas ao redor de todo mundo usam as diretrizes do *Codex Alimentarius*, documentos de referência no estabelecimento de códigos de conduta e orientações relativas a alimentos. A idéia de sua formulação surgiu em 1943, em Virgínia, na Conferência da Organização Nações Unidas sobre Agricultura e Alimentação (FAO), mas apenas em 1961 foi aprovada a resolução que deu origem à Constituição do *Codex Alimentarius*. A Organização Mundial da Saúde (OMS) juntamente com a FAO são responsáveis diretas por elaborarem seus textos, que esclarecem as diretrizes relativas tanto a alimentos *in natura*, como processados, com foco nos padrões necessários para um

alimento ser classificado de maneira específica, incluindo aspectos produtivos e também rotulagem e os procedimentos de avaliação da Segurança Alimentar (Codex Alimentarius<sup>9</sup>).

Em relação aos produtos orgânicos, antes destes avanços de coordenação internacional nos anos 80 surgiram as primeiras iniciativas na Europa, que através de uma organização privada de fazendeiros estabeleceu padrões de produção, inspeção e certificação. No início dos anos 90, os governos passaram a interferir nos cultivos ao elaborarem regras a serem seguidas, mas não cuidavam de sua supervisão. Hoje, cerca de 73 países já implementaram as diretrizes internacionais oriundas do *Codex Alimentarius* como obrigatórias e 16 visam a sua implementação. É bom enfatizar que, como as autoridades responsáveis pela supervisão e definição das regulamentações ainda diferem consideravelmente, deve-se garantir que todas as certificadoras também sejam inspecionadas (Ifoam, 2004).

As certificadoras são conhecidas por sua “auto-regulamentação”, uma vez que a adesão às normas ocorre de maneira voluntária; acima das certificadoras posicionam-se os órgãos mundiais responsáveis pelo credenciamento das mesmas, destacando-se a Ifoam, que criam um padrão internacional para as diferentes produções e assegura equivalência entre os programas de certificação mundiais.

A questão é bastante abrangente incluindo desde agricultura e pecuária até produtos de limpeza, cosméticos e restaurantes. No caso da produção orgânica, os preceitos básicos incluem aspectos de manuseio do solo (como rotação de culturas, por exemplo); não uso de agrotóxicos ou químicos (na verdade já se tem disponível linhas específicas para serem usadas nas produções orgânicas livres dos componentes proibidos); ausência de conservantes, corantes ou qualquer outra substância que altere a composição natural do alimento, assim como questões de comercialização, como embalagens e selos, por exemplo. Cada cultivo deve seguir suas regras específicas e as práticas são inspecionadas através de visitas e análises químicas periódicas por integrantes das certificadoras.

Por um lado, o procedimento de certificação encarece os produtos orgânicos, mas por outro aumenta as possibilidades de comercialização ao garantir que determinadas

---

<sup>9</sup> Informações retiradas de [www.codexalimentarius.net](http://www.codexalimentarius.net). Último acesso em 31/10/2010.

produções sigam as normas internacionais e, portanto, se tornem aptas a serem comercializadas em todo mundo.

No ano de 2009, houve um grande avanço nos padrões e regulamentações: a Austrália implementou padrões nacionais e a União Européia normatizou com maior rigidez suas regras; o primeiro acordo bilateral foi instituído entre Canadá e Estados Unidos, que passaram a aceitar agências certificadoras canadenses fiscalizando sua produção (Ifoam, 2010).

No Brasil, foi a partir de 2007 que a agricultura orgânica passou a ter critérios para todo seu desenvolvimento, desde a produção até comercialização, incluindo o armazenamento, rotulagem, transporte, certificação, comercialização e fiscalização dos produtos. Através do Decreto nº 6323, criou-se o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, composto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgãos fiscalizadores dos estados e organismos de avaliação de conformidade. Por meio da fiscalização, tenta-se impedir fraudes e, em caso de indícios de descumprimento da legislação, as penas podem variar de advertências a multas de até um milhão de reais.

As certificadoras acreditadas no Brasil são dezenove (Mapa, 2007, p.60), sendo cinco delas nacionais e parceiras da Ifoam e treze internacionais. As certificadoras nacionais são:

- a) Instituto Biodinâmico (IBD);
- b) Associação de Agricultura Orgânica (AAO);
- c) Organização Internacional Agropecuária (OIA);
- d) Certificadora Mokiti Okada (CMO);
- e) United States Department of Agriculture (USDA)<sup>10</sup>.

Assim, trataremos no restante do capítulo das principais particularidades destas cinco certificadoras, por serem as únicas de caráter nacional e acreditadas pela Ifoam.

---

<sup>10</sup> Apesar de ser um órgão nacional norte-americano, a USDA possui escritórios no Brasil para realização da certificação nacional e também para facilitar o comércio internacional, em especial Brasil - Estados Unidos. O fato de ser caracterizado como certificadora nacional pode ser confirmado em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo6.htm>>. Último acesso: 31/10/2010.

### 3.3.1 – Instituto Biodinâmico – IBD

Atuando há 25 anos na área de pesquisa, desde 1990 desenvolve atividades de inspeção e certificação de produtos agrícolas, industriais, assim como de insumos para uso agrícola e industrial. É responsável por atividades de certificação de alimentos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos<sup>11</sup>, além do selo de Comércio Justo (*Fair Trade*)<sup>12</sup>, assim como da pecuária de corte.

O IBD atual no Brasil e na América do Sul, sendo acreditado por quatro organismos internacionais e conveniada a um, o que permite o comércio dos produtos brasileiros em território estrangeiro. São eles:

- a) International Federation of Agriculture Movements (Ifoam) ;
- b) Deutsche Akkreditierungsrat (DAR) – órgão de acreditação alemão, que permite acesso aos mercados de toda União Européia;
- c) United States Department of Agriculture (USDA) – garante acesso dos produtos orgânicos nacionais ao mercado norte-americano;
- d) Demeter Internacional – certifica produtos biodinâmicos;
- e) Japan Agricultural Standard (JAS) – é um convenio que estabelece a parceria com as certificadoras brasileiras, as quais aceitam então os produtos certificados pelo IBD para comercialização no Japão.

São catorze os selos do IBD, alguns deles opcionais, por exemplo, o produtor deseja apenas que seu produto seja caracterizado como orgânico, mas da forma como é produzido se enquadra na classificação de Comércio Justo; este produtor pode então diferenciar ainda mais seu produto ao certificá-lo também como *Fair Trade*. Para a produção orgânica tem-se, segundo IBD (2010):

- a) Certificação IBD/IFOAM Accredited

Selo opcional, que indica a conformidade da empresa com leis trabalhistas, sanitárias e ambientais, inclusive em relação aos seus fornecedores de matérias-primas. É aplicável nas seguintes categorias: agricultura, pecuária, fibras, aquicultura, processamento, insumos, extrativismo e cosméticos;

---

<sup>11</sup> A agricultura biodinâmica surgiu na Alemanha em 1924 baseia-se na compreensão da interação das leis que regem o que é vivo com “forças cósmicas”; nos dias de hoje acredita-se que como a natureza enfrenta alto grau de degradação é necessário que o Homem exerça ação terapêutica ao lidar com plantas, solo e animais.

<sup>12</sup> *Fair Trade* – selo que comprova o equilíbrio entre sustentabilidade econômica e ecológica; é a garantia de que serão aplicados preços justos em toda cadeia produtiva, com remunerações coerentes aos esforços de todos os agente que participaram da produção.

b) Certificação Insumo Aprovado

São normas a serem seguidas pelos produtores de insumos para usos na agricultura, pecuária e processamento.

c) Certificação EcoSocial

Aplicável apenas às produções de caráter orgânico, monitora o desempenho socioambiental do estabelecimento; foca na qualidade do produto assim como na gestão socioambiental num contexto que tem como pano de fundo o Comércio Justo. As categorias em que podem ser aplicados são: agricultura, pecuária, processamento, cosméticos e extrativismo. Seria, então, um selo de Comércio Justo destinado aos orgânicos.

d) Certificação Não OGM

Aplicável a agricultura, pecuária, processamento e cosméticos, tanto para produtos orgânicos como convencionais e garante que o consumidor estaria lidando com bens livres de organismos geneticamente modificados.

e) Certificação USDA

Seguindo as normas estabelecidas pelo departamento de agricultura norte-americano, este selo permite que seus detentores comercializem seus produtos orgânicos no mercado norte-americano. As categorias aqui incluídas são: agricultura, pecuária, fibras, extrativismo e cosméticos.

f) Certificação JAS

Garante que a produção segue as regulamentações japonesas de produção orgânica. Aplicável na agricultura, pecuária, processamento e extrativismo.

g) Certificação IBD Orgânico

Aplicável à cosméticos, restaurantes, produtos de limpeza, hotéis e não OGM, de acordo com os preceitos orgânicos. Inclui certificado anual, certificado de transação e *check list* socioambiental.

h) UEBT

O selo *Union for Ethical BioTrade* (UEBT) é fornecido pela IBD aos produtos que promovem a exploração sustentável de recursos naturais, garantindo que suas práticas promovam a conservação da biodiversidade e o Comércio Justo.

### 3.3.2 – Associação de Agricultura Orgânica AAO

Fundada em 1989, já exercia pesquisas na área agroecológica anteriormente. A Associação de Agricultura Orgânica desde 2006 deixou de certificar as produções

orgânicas de acordo com a Aocert (ONG responsável até então pela certificação dos produtos com o selo AAO) e associou-se a Ecocert Brasil<sup>13</sup>. Assim, as certificações e selos da Ecocert Brasil são aqueles reconhecidos pela AAO (2010). Segundo Ecocert Brasil (2010), destacam-se:

a) Ecocert

Selo atestando que o produto é orgânico; abrange produtos agrícolas não transformados, produtos de origem animal e alimentos transformados.

b) EcocertGreenlife

Selo internacional para o comércio de cosméticos naturais e orgânicos em outros países. Baseia-se num relatório de inspeção da Ecocert Brasil para que se de a validação internacional.

c) Ecocert vegano-orgânico

Referencial para produtos que além de vegetarianos são orgânicos. Inclui aqui duas categorias: produto vegano-orgânicos e produto vegano com ingredientes orgânicos.

Há selos da AAO-Ecocert que são aplicados no caso do *Fair Trade* (chamado de ERS) e também na pecuária, o qual garante o bem estar animal (Certified Human Brasil<sup>14</sup>).

### 3.3.3 - Organização Internacional Agropecuária - OIA

A Organização Internacional Agropecuária foi criada em 1991 e em 2002 inaugurou sua filial brasileira. Certifica alimentos orgânicos animais, vegetais e processados, além de diversos outros produtos e serviços, como indicam os selos “Pesca Sustentável” e “Atributos de Alimentos”, por exemplo. Suas certificações permitem o comércio dos produtos em outros mercados, como o norte-americano e o europeu.

Os principais selos para comercialização dos produtos orgânicos fornecidos pela OIA (2010) são:

a) Selos Argentina/Brasil – União Européia

Desde 1991 a OIA responsabiliza-se por certificar as produções orgânicas que se destinam tanto ao mercado interno argentino e brasileiro, como as suas exportações

---

<sup>13</sup> A Ecocert é uma entidade de controle e certificação das práticas orgânicas presentes em mais de 80 países. No Brasil, a Ecocert Brasil certifica a produção para o mercado interno, enquanto a ECOCERT SA acredita-nos para o mercado externo, dependendo do país que se visa comercializar.

<sup>14</sup> Baseado em normas da Human Farm Animal Care, a intenção é prover uma carne livre de antibióticos e hormônios, além de permitir que os animais manifestem seu comportamento natural num espaço adequado (sem confinamento). Este selo não garante, entretanto, que a carne seja orgânica.

ao continente europeu. O selo é voltado a toda produção agropecuária dos países, assim como a sua agroindústria associada, o que inclui desde carne, frutas e mel até farinhas, óleos, vinhos e produtos processados. Dentro das certificações orgânicas há a subdivisão entre “orgânicos” e “orgânicos em transição”, destinados estes aos produtos que ainda possuem alguns resquícios dos insumos proibidos.

b) Organic NOP Certificate

Todo produto orgânicos que almeja ingressar nos Estados Unidos deve cumprir as regras do NOP (National Organic Program) regulados pela Usda. Ao ser certificado com este selo, o produtor pode colocar e sua embalagem (opcionalmente) o selo da Usda, por serem equivalentes.

c) OIA

Selo emitido que garante reconhecimento da produção orgânica nacional como detentora das exigências estabelecidas pela Suíça (através da Bio Suisse), Japão (JAS) e Canada (Caaq).

### 3.3.4 – Certificadora Mokiti Okada - CMO

A Fundação Mokiti Okada surgiu no Brasil em 1971; entidade sem fins lucrativos tinha por objetivo o desenvolvimento de projetos na área da educação, saúde, meio ambiente e assistência social. O Centro de Pesquisa Mokiti Okada (Cmpo) surgiu então em 1996 para desenvolver modelos sustentáveis de agricultura e pecuária. Em seu campo experimental, lida com as questões que envolvem os cultivos orgânicos, naturais, ecológicos e convencionais de produção. A adoção das medidas sugeridas por seu setor de consultoria permite que a produção orgânica esteja apta a certificar-se dentro das exigências nacionais e internacionais através do selo CMO (Certificadora Mokiti Okada).

Segundo Cpmo (2010), trata-se de um único selo, que possui representatividade internacional já que é acreditado segundo as normas da Ifoam, assim como IBD, Ecocert e Demeter. Está voltado apenas para o manejo orgânico, tanto para produtos de origem animal como vegetal, inclusos aqui apicultura, processamento (industrialização de produtos de origem animal e vegetal) e insumos a serem utilizados na produção orgânica. O CMO pode ser emitido também para a certificação das unidades comercializadoras.

### 3.3.5 – United State Department of Agricultural (USDA)

Através da sua agência de agricultura para estrangeiros (Foreing Agricultural Service agency – FAS), o departamento de agricultura dos Estados Unidos (Usda) é

representado em mais de 90 países, primando pelo desenvolvimento das relações comerciais e principalmente pelo acesso dos produtos norte-americanos nos demais mercados nacionais. No Brasil, conta com três escritórios: os dois primeiros localizam-se em Brasília e são chamados de Escritório de Interesses Agrícolas (Office of Agricultural Affairs – OAA) e Serviço de Inspeção da Saúde Animal e Vegetal (Animal and Plant Health Inspection Service – Aphis); o terceiro situa-se no Consulado Geral dos Estados Unidos (em São Paulo) e é o Escritório de Comércio Agrícola (Agricultural Trade Office – ATO). A FAS ainda é responsável pela prestação de diversos serviços gratuitos no país, para estreitar as relações comerciais entre os dois países (Usdabrazil, 2010).

Seu selo, o “USDA Organic” segue as normas do Programa Nacional de Orgânicos Norte-americano (NOP) e no Brasil pode ser atestado por outras entidades certificadoras, como a Ecocert e o IBD, os quais contam com o Aphis (serviço de inspeção) para garantir que as normas exigidas sejam seguidas.

As categorias que podem ser certificadas são: agricultura, pecuária, fibras, processamento, extrativismo e cosméticos.

Então, pode-se afirmar que, considerando o cenário apresentado neste capítulo, há alguns gargalos que desfavorecem o desenvolvimento do mercado orgânico no Brasil. Em relação aos canais de comercialização, sabe-se que apesar de seu aumento quantitativo em alguns estados, há a falta de organização dos produtores para realização de uma distribuição ininterrupta, assim como problemas de logística e armazenamento que provocam perdas na produção. Já em relação às margens de lucro impostas, provou-se que o exagerado preço é estipulado pelos próprios comercializadores, não sendo repassados aos produtores e distribuidores, muitas vezes julgados como os responsáveis pelo elevado *mark-up*; além disso, a suscetibilidade do cultivo e o encarecimento do produto devido à necessidade de certificação fazem com que a produção orgânica seja realmente mais cara do que a convencional. Quando tratamos das certificações, foi possível então compreender a seriedade na aplicação das normas para que se obtenha um selo comprovando que o alimento é orgânico; este pode ser voltado inclusive para o mercado externo, caso a empresa certificadora seja acreditada por uma instituição responsável internacionalmente. Entretanto, deve-se frisar que muitas vezes o número exagerado de certificações num mesmo produto e mesmo a variedade de selos indicando que determinado bem é orgânico causa confusão nas escolhas do próprio consumidor que desconhece o significado de cada

um deles. No próximo capítulo, discutem-se questões pertinentes as relações comerciais de produtos orgânicos estabelecidas entre Brasil e União Européia.

#### 4 – O COMÉRCIO DE PRODUTOS ORGÂNICOS ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA

Tratados os pontos mais importantes relativos à produção e comercialização dos produtos orgânicos nacionalmente, resta, ao presente trabalho, o estudo das relações comerciais entre Brasil e União Européia. Primeiramente, a escolha deste bloco comercial para análise se baseou no fato de que as exportações nacionais de agricultura orgânica são voltadas aos países membros da UE em mais de 70% do total. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDCI<sup>15</sup>), órgão que desde 2006 fornece estatísticas sobre as exportações da produção orgânica, conferimos que do total exportado no ano de 2009, 29% encontram como destino Holanda, 19% Suécia e 8% Reino Unido, enquanto França, Noruega, Dinamarca e Alemanha somam juntos 16% das exportações. Além disso, participam nas exportações com menor intensidade Polônia, Dinamarca e Alemanha.

São três os produtos de maior peso nas exportações de alimentos orgânicos brasileiros à União Européia, os quais possuem as seguintes denominações nas fontes oficiais do governo (Mdc<sup>16</sup>)

- (i) *Outras espécies de soja, mesmo trituradas* – participação de 29,45% no total das exportações brasileiras;
- (ii) *Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja* – correspondem a 19,8% do total exportado.
- (iii) *Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose; sem química pura* – responsável por 14,27%.

Analisando o período compreendido entre 1999-2009, torna-se nítido o crescimento das exportações de tais produtos ao mercado europeu, tanto em volume quanto em valor comercializado, conforme mostra a Tabela 13.

---

<sup>15</sup> Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112>>. Último acesso: 27/10/2010.

<sup>16</sup> Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1095>>. Último acesso: 27/10/2010

TABELA 13 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS SELECIONADOS À UNIÃO EUROPEIA POR PESO LÍQUIDO (TONELADA) E PREÇO MÉDIO (POR TONELADA MÉTRICA LÍQUIDA- US\$):

Período	Produto i		Produto ii		Produto iii	
	Preço médio	Tonelada	Preço médio	Tonelada	Preço médio	Tonelada
1999	179	6.877.589	145	8.600.461	217	37.648
2000	190	7.405.995	173	8.480.705	212	29.583
2001	175	9.881.357	184	10.044.840	203	81.784
2002	186	9.358.254	175	10.515.063	228	40.162
2003	217	11.025.853	189	10.917.412	231	45.081
2004	276	9.399.400	223	12.069.489	203	70.010
2005	338	11.312.803	196	11.142.849	286	37.747
2006	229	10.448.390	196	8.972.232	413	77.158
2007	281	10.095.971	236	9.509.054	343	195.492
2008	435	9.290.388	348	9.947.320	369	181.871
2009	403	9.301.277	370	9.462.374	445	108.009

FONTE: Mdci, 2010.

Cabe importante ressalva: apesar dos produtos apresentados no capítulo aparecerem classificados como “orgânicos” apenas a partir de agosto de 2006 nas fontes oficiais (em especial o banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), os códigos de referência por eles apresentados, também conhecidos como NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), nos fornecem dados de anos anteriores para os mesmos produtos (quando ainda não eram intitulados como “orgânicos”), sendo então usado na Tabela 13 estatísticas a partir de 1999.

Os dados da Tabela 13 evidenciam as seguintes informações: o preço médio por tonelada aumentou mais de 100% para os três produtos estudados, principalmente para *Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja*, produto (ii), que valorizou-se em 155%; a quantidade exportada (em toneladas) também encontra-se em processo de crescimento, mesmo com a influência no comércio mundial da crise do *Subprime*<sup>17</sup>; em relação à queda nas exportações nos meses de crise, temos que entre agosto e dezembro de

<sup>17</sup> A crise do *Subprime* ocorreu devido às especulações norte-americanas no mercado de hipotecas secundário (também chamado de *Subprime*) que acabou afetando inicialmente o mercado de crédito norte-americano, seguindo de grandes efeitos em praticamente toda economia mundial.

2008, por exemplo, houve redução de quase 47% no valor das exportações de *Outras espécies de soja, mesmo trituradas* [item (i)], segundo (Mdc<sup>18</sup>).

#### 4.1 - PADRÕES ESTABELECIDOS E REGULAMENTAÇÕES EXIGIDAS PARA O COMÉRCIO COM A UNIÃO EUROPÉIA

Preocupada constantemente com o aprimoramento do cultivo de orgânicos, a União Européia altera com certa frequência suas diretrizes em relação ao cultivo, processamento, certificação e comercialização dos alimentos orgânicos; re-avalia os efeitos de produtos químicos presentes em insumos autorizados para o cultivo orgânico, decidindo se devem ou não serem excluídos do processo; revisa suas normas com o objetivo de torná-las mais claras, facilitando assim o comércio; atua para o desenvolvimento de “regras harmônicas” (Ifoam, 2010, p. 75) através da elaboração de diretrizes que protejam o consumidor e auxiliem os governos de outras nações a desenvolverem a produção orgânica.

Em janeiro de 2009, foram adotadas novas regulamentações para a produção, certificação, controle e importações de orgânicos. A intenção é que

[N]o futuro, produtos só serão autorizados a serem importados pela União Européia se eles forem certificados por um corpo de inspeção ou autoridade reconhecida pela Comissão Européia. A Comissão vai publicar listas de organismos de inspeção e autoridades autorizadas assim como países de terceiro mundo aprovados (Ifoam, 2010, p.76)

Serão adotadas três diferentes listas: a primeira será composta pelas entidades que aplicam o sistema de inspeção e os mesmos padrões de produção exigidos pela União Européia; na segunda lista se encontram os países em que o sistema de produção é compatível com as regras equivalentes às européias de produção e inspeção; já a terceira, concentra os organismos de certificação acreditados de acordo com a ISO 65 (normas estabelecidas para que os organismos certificadores possam atuar) e que possuem um sistema produtivo compatível com a regulamentação da União Européia. O fator “compatibilidade” é novidade entre as regras estabelecidas em 2009; os sistemas “compatíveis” terão que, por exemplo, estabelecerem um banco de dados sobre as sementes usadas nas produções e será proibido o controle do sistema orgânico por grupos

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112>>. Último acesso: 27/10/2010.

internos aos países que desejam obter a “compatibilidade” sobre a produção, seguindo as normas estabelecidas pelo *Codex Alimentarius*, organismo da FAO responsável pelas regras de padronização alimentar no mundo (Ifoam, 2010).

A intenção seria facilitar as relações comerciais entre a União Européia e as nações menos desenvolvidas, já que muitas vezes as exportações não acontecem por falta de credibilidade das instituições destes países, ou mesmo pelo dispêndio extra que os países europeus têm quando responsabilizam-se pela qualidade das importações de outras regiões. Acredita-se que haverá um maior controle nas certificações, mesmo com certificadoras de qualquer país emitindo selos de conformidade, já que a supervisão das inspeções e a adesão as listas das entidades credenciadoras possibilitará uma maior transparência e padronização dos sistemas produtivos, o que facilitaria a coordenação da União Européia nos procedimentos credenciadores.

Dentro desta “Lista do Terceiro Mundo”, como é chamada na classificação da própria Ifoam, o primeiro prazo para as entidades pedirem seu reconhecimento expirou em outubro de 2009, mas os resultados estarão disponíveis entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011. As licenças para exportação serão dadas apenas 12 meses após a divulgação da lista oficial. No Brasil, contava-se em 2009 com 19 entidades certificadoras, se destacando entre os sete países com maior número agências.

Outro ponto a ser destacado é a construção pela FAO em conjunto com a Força Tarefa Internacional de Harmonização e Equivalência em Agricultura Orgânica (ITF), Ifoam e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) do Goma (Global Organic Market Access), que também visa facilitar o comércio dos produtos orgânicos. O Goma foi responsável por estabelecer duas ferramentas importantes para o reconhecimento dos padrões orgânicos e de certificações equivalente aos estabelecidos pela Comissão Européia, usados inclusive como guia da nova lei de práticas ideais de cultivo. As ferramentas são chamadas de EquiTool (Guia para se atingir a equivalência dos Padrões e Regulamentações Técnicas) e Irocb (Requisitos Internacionais para a Organismos de Certificação Orgânica). Todavia, até o presente momento, o Goma tem sido aplicado para o desenvolvimento da produção orgânica apenas na América Central e na Ásia.

#### 4.1.2 – Regulamentações Exigidas Pela União Européia

Só há uma maneira de adequar uma produção orgânica aos moldes especificados pela União Européia, portanto, apta a ser comercializada naquele continente: adotando as normas especificadas no Regulamento (CE) n° 834/2007 de 28 de Julho de 2007, que apesar de algumas alterações no ano de 2008, entraram em vigor no final de 2009. Este novo regulamento substitui o Regulamento (CEE) n°2092/91 e traz, como pontos de destaque para a nossa análise:

- a) Quanto à aplicação das regras de produção, é conveniente prever a flexibilidade necessária para que as normas e requisitos em matéria de produção orgânica possam ser adaptados às condições climáticas e geográficas locais, às práticas específicas de criação e aos estádios de desenvolvimento. Isto deverá permitir a aplicação de regras excepcionais, mas unicamente dentro dos limites de condições específicas estabelecidas na legislação comunitária;
- b) A fim de evitar práticas enganosas ou qualquer possível confusão para os consumidores sobre a origem comunitária ou não comunitária do produto, sempre que se utilize o logotipo da União Européia, os consumidores deverão ser informados do lugar onde foram produzidas as matérias-primas agrícolas de que é composto o produto.
- c) As regras comunitárias deverão promover um conceito harmonizado de produção orgânica. As autoridades competentes, assim como as autoridades e os organismos de inspeção, deverão abster-se de qualquer atuação que possa criar obstáculos à livre circulação de produtos conformes que tenham sido certificados por uma autoridade ou um organismo situado noutro Estado-Membro, não devendo, em especial, impor quaisquer inspeções adicionais nem encargos financeiros.
- d) Os produtos orgânicos importados para a Comunidade Européia deverão poder ser colocados no mercado comunitário como orgânicos, sempre que tenham sido obtidos em conformidade com regras de produção e sujeitos a disposições de inspeção conformes ou equivalentes às previstas na legislação comunitária. Além disso, os produtos importados sob um sistema equivalente deverão ser cobertos por um certificado emitido pela autoridade competente ou por uma autoridade ou um organismo de inspeção reconhecido do país terceiro em causa.
- e) É considerado adequado manter a lista dos países terceiros reconhecidos pela

Comissão como aplicando normas de produção e disposições de inspeção equivalentes às previstas na legislação comunitária. Quanto aos países terceiros não incluídos nessa lista, a Comissão deverá estabelecer uma lista das autoridades e organismos de inspeção reconhecidos como competentes para assegurar as inspeções e a certificação nos países em questão.

Percebe-se, assim, o início de um diálogo mais aberto com os países de fora da União Européia, ao passo que reconhecem a necessidade de relevar as diferentes “condições climáticas e geográficas”, assim como impedem a imposição de encargos extras aos importados, obrigando os comercializadores a tratar qualquer produto orgânico como equivalente, desde que contenham o selo de conformidade.

#### 4.2 - INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - UNIÃO EUROPÉIA

Em 1957 formou-se o Mercado Comum Europeu e a partir da década de 80 o bloco comercial passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro. Pode-se dizer que o Brasil foi “escolhido” pela União Européia por ser uma nação com forte potencial de desenvolvimento econômico, por apresentar uma democracia estável e papel de destaque nas negociações internacionais [ANDRIOLLI, 2010].

Atualmente, são 29 as empresas exportadoras de produtos orgânicos no Brasil, listadas abaixo:

TABELA 14 – PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS DE ORGÂNICOS NO BRASIL

Empresa	Produto	Certificado(s)
Tozan alimentos orgânicos ltda	Farelo de soja, fécula de mandioca, feijão e trigo <sup>19</sup>	IBD
Goiasa Goiatuba álcool ltda	Açúcar cristal <sup>20</sup>	IBD/JAS/USDA
Agrorganica ltda	Mandioca, milho, soja, trigo <sup>21</sup>	IBD
Barry Callebaut Brasil SA	Cacau em pó <sup>22</sup>	IBD
Cosan SA açúcar e álcool	Açúcar <sup>23</sup>	IBD
Usina da Barra SA/açúcar e álcool	Açúcar <sup>24</sup>	Não disponível

<sup>19</sup> Disponível em < <http://www.planetaorganico.com.br/parana.htm>>; último acesso: 31/10/2010.

<sup>20</sup> Disponível em < <http://www.via6.com/empresa/97089/goiasa-goiatuba-alcool-ltda>>; último acesso: 31/10/2010.

<sup>21</sup> Disponível em < <http://www.planetaorganico.com.br/parana.htm>>; último acesso: 31/10/2010.

<sup>22</sup> Disponível em <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/vitrine-organica>>; último acesso: 31/10/2010.

<sup>23</sup> Disponível em < [http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/grupo\\_cosan\\_fba\\_gigante\\_pela\\_propria\\_natureza\\_de\\_seu\\_lider.pdf](http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/grupo_cosan_fba_gigante_pela_propria_natureza_de_seu_lider.pdf)>; último acesso: 31/10/2010.

Vds export Ltda	Uvas <sup>25</sup>	Não disponível
Daterra-atividades rurais Ltda	Café verde	Rainforest Alliance/IBD/UTZ Certified/ ISO 14001 <sup>26</sup>
Doutor Coffee especialista em café Ltda.	Cafés especiais	Rainforest Alliance <sup>27</sup>
Technes agrícola Ltda	Fertilizantes <sup>28</sup>	Não disponível
Katope Brasil Ltda	Frutas	Fair Trade <sup>29</sup>
FeculariaLoanda Ltda	Fécula de mandioca <sup>30</sup>	IBD
Jalles Machado SA	Açúcar <sup>31</sup>	IBD/Usda/Ecosocial
Remax global business Ltda-epp	Não disponível	Não disponível
Agrodan Agropecuaria Roriz Dantas Ltda	Café, manga	Não disponível
Hemoprot indústria e comércio de produtos frigoríficos Ltda	Insumos para ração animal <sup>32</sup>	Não disponível
Cogumelos Brasil - comércio e exportação Ltda.	Cogumelos Agaricus Blazei	Incerto <sup>33</sup>
Aqua Viva Agropecuária Organikum Ltda	Aquicultura <sup>34</sup>	Não disponível
Sumatra - comércio exterior Ltda	Café <sup>35</sup>	ISO 9001
Oitavo mar pescados SA	Tilápias	MSC <sup>36</sup>
Nutritional SA indústria e comércio de alimentos	Matéria prima para indústria alimentícia	Em implementação <sup>37</sup>
Trile Giant do Brasil Ltda	Não disponível	Não disponível
Cooperativa dos produtores orgânicos do sul da Bahia	Cacau, frutas, palmito, sementes, flores, insumos	IBD <sup>38</sup>
Ecobras exportação e importação Ltda	Derivados de soja	Ecocert <sup>39</sup>
Cosan s/a indústria e comércio	Açúcar	IBD/JAS/USDA/KOSHER <sup>40</sup>

<sup>24</sup> Disponível em <[www.dabarra.com.br](http://www.dabarra.com.br)>; último acesso em 31/10/2010

<sup>25</sup> Apesar de ser classificada com orgânica, a informação encontrada é apenas de que a produção usa sementes não geneticamente modificadas. Maiores informações <[http://www.vdsexport.com.br/serenissima\\_port.html](http://www.vdsexport.com.br/serenissima_port.html)>; último acesso: 31/10/2010.

<sup>26</sup> As exportações da empresa são voltadas para Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Itália. Informações disponíveis em <<http://revistaexpresso.com.br/Edicoes/21/imprime100510.asp>>. Último acesso em 31/10/2010.

<sup>27</sup> Disponível em <<http://www.doutorcoffee.com.br/>>; último acesso em 31/10/2010. O selo Rainforest Alliance indica que o cultivo preservou a biodiversidade, garantiu a sustentabilidade do meio, transformou as práticas de cultivo e comercialização.

<sup>28</sup> Disponível em <<http://www.technes.com.br/>>. Acesso em: 31/10/2010.

<sup>29</sup> Disponível em <<http://www.univeguk.co.uk/products/organic.html>>; acesso em: 31/10/2010.

<sup>30</sup> Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/parana.htm>>; acesso em: 31/10/2010.

<sup>31</sup> Disponível em <<http://www.jallesmachado.com.br/>>; Acesso em: 31/10/2010.

<sup>32</sup> Disponível em <<http://www.lins.sp.gov.br/noticias/2010/janeiro/hemoprot.htm>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>33</sup> Não especificado se há certificação no produto; Disponível em <<http://www.cogumelosauade.com.br/outros.htm>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>34</sup> Disponível em <[http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/DOU/20091207112850\\_DESPACHO\\_SUPERINTENDENTE\\_SOF\\_ANALISE\\_DEZEMBRO\\_2009\\_ANA\\_DOU.pdf](http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/DOU/20091207112850_DESPACHO_SUPERINTENDENTE_SOF_ANALISE_DEZEMBRO_2009_ANA_DOU.pdf)>; acesso 31/10/2010.

<sup>35</sup> Disponível em <<http://www.sumatra.com.br/>>; acesso em 31/10/2010.

<sup>36</sup> A certificação MSC indica que a pesca é sustentável e passa por rastreabilidade; além disso confirma que não houve captura de outras espécies. Disponível em: <<http://krillantartico.blogspot.com/2008/10/aker-biomarine-candidata-se-certificao.html>>; acesso em: 31/10/2010.

<sup>37</sup> Disponível em <<http://www.nutritional.com.br/>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>38</sup> Disponível em <<http://www.cabruca.com.br/>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>39</sup> Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/letras.htm>> ; acesso 31/10/2010.

Native produtos organicos coml. importad. exportad. ltda.	Achocolatados, açúcar, azeite, cookies, álcool, café, suco	Ecosocial, Ecocert, IBD, JAS, Kosher, Demeter, Certificação Orgânica coreana, ICS Japan <sup>41</sup>
Ecocucar industria de açúcar orgânico ltda – epp	Açúcar	IBD <sup>42</sup>

FONTE: elaboração própria baseada na lista das empresas exportadoras de produtos orgânicos fornecida pelo Mdc<sup>43</sup>

Na elaboração da Tabela 14, ficaram nítida as dificuldades de colher dados acerca da produção orgânica, mesmo quando estamos lidando especificamente com as produções voltadas para exportações, ou seja, aquelas produzidas em maior escala. Apesar do Mdc fornecer os nomes das empresas e seus CNPJs, dentro de seu banco de dados (Aliceweb), não é possível executar buscas sobre as relações comerciais estabelecidas por cada uma das empresas individualmente, o que só nos permite elaborar a análise das exportações brasileiras voltadas ao mercado europeu como um todo. Mais uma vez, prova-se a carência de pesquisas, sistematização e investimentos no setor orgânico, mesmo diante de evidências do elevado potencial de crescimento deste setor.

---

<sup>40</sup> Kosher é um certificado que identifica a produção como seguidora das normas judaicas. Disponível em <[http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&tipo=26788&img=26172&conta=45](http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=26788&img=26172&conta=45)> . Acesso: 31/10/2010

<sup>41</sup> Disponível em: < <http://www.nativealimentos.com.br/pt-br/cana-verde/certificacoes.html>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>42</sup> Disponível em: < <http://www.ams.usda.gov/AMSv1.0/getfile?dDocName=STELPRDC5068203>>; acesso: 31/10/2010.

<sup>43</sup> Disponível em:< <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112>>; último acesso: 31/10/2010.

## CONCLUSÃO

Após estudo da produção e comercialização de orgânicos no Brasil, assim como do comércio estabelecido com a União Européia, pode-se concluir que:

- a) Independentemente das razões motivadoras da prática orgânica presente nos diferentes blocos regionais, a tendência de crescimento é comum em todas elas, indicando que um novo paradigma ganha força: as preocupações com segurança alimentar, meio ambiente e saúde, assim como a necessidade do desenvolvimento de práticas agrícolas baratas - para abastecimento da população que vive da agricultura familiar ou subexistência por exemplo, dá o suporte necessário para que os cultivos orgânicos se desenvolvam cada vez mais;
- b) Os principais entraves ao desenvolvimento nacional da produção orgânica são a desinformação de produtores e consumidores, que faz com que a produção se volte essencialmente às classes A e B - uma vez que mais preocupadas com saúde e meio ambiente estão dispostas a pagar mais por um produto diferenciado; a ausência de organização para que não se forme uma oferta segmentada é essencial, e poderia ser solucionada via formação de cooperativas e associação de produtores; a necessidade da expansão dos canais de comercialização e redução do *mark-up* imposto pelas unidades comercializadoras, permitindo um preço mais acessível aos (potenciais) consumidores;
- c) As certificações assumem papel prioritário neste segmento diferenciado, pois a garantia de que o cultivo e processamento do produto orgânico se adéquam a normas e exigências tanto nacionais quanto internacionais (dependendo do foco de mercado dado pela empresa) traz ao consumidor a confiança necessária para que se consuma cada vez mais destes produtos, assim como garante aos produtores nacionais um comércio justo em mercados externos;
- d) As relações do Brasil com a União Européia para o setor de produtos orgânicos estão crescendo e pedem cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento nacionais, uma vez que a demanda naquele bloco comercial em expansão pode ser suprida parcialmente pelos produtos brasileiros. As novas normas que entram em vigor a partir de 2011 comprovam o aumento das exigências para tornar um produto apto a ingressar no mercado europeu. Há entraves quanto aos custos e aplicação das certificações internacionais, o que aumenta a necessidade de uma maior participação

governamental para que se estreite os laços comerciais entre as duas regiões e facilite a adequação da produção nacional aos moldes estabelecidos.

- e) A falta de informação da população brasileira em relação aos produtos orgânicos somada as diversas certificações encontradas no mercado interno, acabam por confundir os potenciais consumidores; seria necessário uma regulamentação que esclarecesse melhor aos compradores as características que deve-se esperar de um produto com determinado selo, ou seja, muni-los de informações capazes de facilitar e estimular a compra e o consumo dos produtos orgânicos.

## BIBLIOGRAFIA

- AAO – **Associação de Agricultura Orgânica**. Disponível em: <<http://www.aao.org.br>>. Último acesso: 31/10/2010.
- ABAG- Associação Brasileira De Agrobusiness (Org.). **Segurança Alimentar**. São Paulo, 162p, 1993.
- AGRORGANICA LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/parana.htm>>; último acesso: 31/10/2010.
- ALICEWEB. Dados sobre exportação. **Mdci/Secex**, Documento Online, 2010. Disponível em < <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Último acesso: 31/10/2010.
- AQUA VIVA AGROPECUÁRIA ORGANIKUM LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em <[http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/DOU/20091207112850\\_DESPACHO\\_SUPERINTENDENTE\\_\\_SOF\\_\\_ANALISE\\_DEZEMBRO\\_2009\\_ANA\\_DOU.pdf](http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/DOU/20091207112850_DESPACHO_SUPERINTENDENTE__SOF__ANALISE_DEZEMBRO_2009_ANA_DOU.pdf)>; acesso 31/10/2010.
- ARANDA, Darío. La salud no es lo primero en el modelo agroindustrial. **Página 12**, Argentina, 14 de Junho de 2010. Caderno El País. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-147561-2010-06-14.html>>. Último acesso: 28/08/2010.
- BARRY CALLEBAUT BRASIL SA - Produtos e Certificação. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/vitrine-organica>>; último acesso: 31/10/2010.
- BCB- Banco Central do Brasil; **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2010**; Ministério da Fazenda. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL>> . Acesso em 4 abril, 2010.
- BNDES; **Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial; Rio de Janeiro, 2006

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de jul. 2006

BRASIL. Lei nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 de dez. 2007.

CARSON, Rachel Louise. **Silent Spring**. Estados Unidos, p.?, 2007.

CAVALLI, Suzi Barletto. Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 14, p.41-46, 2001.

CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo6.htm>. Acesso em 5 abril, 2010.

COGUMELOS BRASIL - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.cogumelosaude.com.br/outros.htm>>; acesso: 31/10/2010.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DA BAHIA - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.cabruca.com.br>>; acesso: 31/10/2010.

COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO- Produtos e Certificação. <[http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&tipo=26788&img=26172&conta=45](http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=26788&img=26172&conta=45)> . Acesso: 31/10/2010

COSAN SA AÇÚCAR E ÁLCOOL- Produtos e Certificação. Disponível em: <[http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/grupo\\_cosan\\_fba\\_gigante\\_pela\\_propria\\_natureza\\_de\\_seu\\_lider.pdf](http://www.sel.eesc.usp.br/informatica/graduacao/material/etica/private/grupo_cosan_fba_gigante_pela_propria_natureza_de_seu_lider.pdf)>; último acesso: 31/10/2010.

CPMO – **Centro de Pesquisa Mokiti Okada**. Disponível em: < <http://www.cpmo.org.br/>>. Último acesso: 31/10/2010.

DATERRA-ATIVIDADES RURAIS LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em:  
< <http://revistaexpresso.com.br/Edicoes/21/imprime100510.asp>>. Último acesso em  
31/10/2010.

DEPLA (Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior);  
**Estatísticas do Comércio Exterior: Exportação Brasileira de Produtos  
Orgânicos**. Brasília, 2009 e 2010. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/>>.  
Acesso em 4 abril, 2010.

DOUTOR COFFEE ESPECIALISTA EM CAFE LTDA. - Produtos e Certificação.  
Disponível em: < <http://www.doutorcoffee.com.br/>>; último acesso em 31/10/2010.

ECOBRAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA - Produtos e Certificação.  
Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/letras.htm>> ; acesso  
31/10/2010.

Ecocert – **Ecocert Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br>>. Último  
acesso: 31/10/2010.

ECOCUCAR INDÚSTRIA DE AÇÚCAR ORGÂNICO LTDA- Produtos e  
Certificação. Disponível em: <  
<http://www.ams.usda.gov/AMSV1.0/getfile?dDocName=STELPRDC5068203>>;  
acesso: 31/10/2010.

FAO – **Codex Alimentarius**. Disponível em <[www.codexalimentarius.net](http://www.codexalimentarius.net)>. Último  
acesso: 31/10/2010.

FARIA, Neice Müller Xavier; FACCHINI, Luiz Augusto; FASSA, Ana Claudia  
Gastal. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde  
Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.1298-1307, set. 2004.

FELIPPI Ângela. Os caminhos do desenvolvimento local passam pela agricultura  
familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3,  
n. 2, p.2-3, abr. 2002.

FONSECA, Maria Fernanda de A. Costa; CAMPOS:Fábio Ferreira de. O mercado dos  
orgânicos no estado do Rio de Janeiro, Brasil: opção para os agricultores familiares

- na busca pela competitividade no setor FLV in natura. **Simpósio de Agricultura Ecológica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 0, p.10-19, 1999.
- Food And Agriculture Organization Of The United Nations (Org.). Ethical Issues in food and agriculture. **Fao Ethics Series**, Roma, p.1-7, 2001.
- GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em: < <http://www.via6.com/empresa/97089/goiasa-goiatuba-alcool-ltda>>; último acesso: 31/10/2010.
- HEMOPROT INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FRIGORIFICOS LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.lins.sp.gov.br/noticias/2010/janeiro/hemoprot.htm>>; acesso: 31/10/2010.
- IBD - **Instituto Biodinâmico**. Disponível em: < <http://www.ibd.com.br>>. Último acesso: 31/10/2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Org.). **Censo Agropecuário**, Rio de Janeiro, p.1-141, 2006.
- JALLES MACHADO SA - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.jallesmachado.com.br>>; Acesso em: 31/10/2010.
- JAMES, Clive. Global status and distribution of commercial transgenic crops. **Biotechnology And Development Monitor**, Ilhas Cayman, n. 35, p.9-12, jun. 1998.
- KATOPE BRASIL LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.univeguk.co.uk/products/organic.html>>; acesso em: 31/10/2010.
- MAPA- Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento; SPA - Secretaria de Política agrícola; IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Série Agronegócios: Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos**, Brasília, v.5, jan. 2007.
- MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. . A Globalização e a Indústria Alimentar: um estudo a partir de grandes empresas. 1. ed. Marília:Unesp -Marília, 1999. v. 500. 194 p.

MDCI – **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Produtos de maior peso nas exportações orgânicas Brasil- União Européia. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112>>. Último acesso: 27/10/2010; Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1095>>. Último acesso: 27/10/2010; Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1112>>. Último acesso: 27/10/2010.

MOACIR R. DAROLT. Agricultura Orgânica: inventando o futuro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Curitiba, 250p, 2002.

NATIVE PRODUTOS ORGANICOS LTDA. - Produtos e Certificação. Disponível em: <<http://www.nativealimentos.com.br/pt-br/cana-verde/certificacoes.html>>; acesso: 31/10/2010.

NCAT -NATIONAL CENTER FOR APPROPRIATE TECHNOLOGY (Org.). A Guide to Sustainable and Allowed Practices. **Ncat's Organic Crops Workbook**, Fayetteville, n. , p.10-17, out. 2003.

NUTRIMENTAL SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS - Produtos e Certificação. Disponível em < <http://www.nutritional.com.br/>>; acesso: 31/10/2010.

OITAVO MAR PESCADOS SA - Produtos e Certificação. Disponível em: < <http://krillantartico.blogspot.com/2008/10/aker-biomarine-candidata-se-certificao.html>>; acesso em: 31/10/2010.

PAULL, John. Permanent Agriculture: Precursor to Organic Farming. **Elementals: Journal Of Bio-dynamics**, Tasmânia , p.19-21, 2006.

PAULL, John. Rachel Carson, a Voice for Organics - the First Hundred Years. **Elementals: Journal Of Bio-dynamics**, Tasmânia , p.37-41, 2007.

PELINSKI, Augusta; GUERREIRO, Eziquiel. **Os benefícios da agricultura orgânica em relação à convencional: ênfase em produtos selecionados**. Ponta Grossa, Publicado UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, n. 12, vol. 2, dez de 2004.

- PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.105-114, mar. 2007.
- SEBRAE - RJ. Cenário da produção e mercado dos orgânicos no Brasil. **Biofach - América Latina**, Rio de Janeiro, set. 2004.
- SINDAG- Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para a Defesa Agrícola. Disponível em <[www.sindag.com.br](http://www.sindag.com.br)>. Acesso em 30 de Maio, 2010.
- STOPPELLI, Ilona Maria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 0, p.84-99, set. 2005.
- SUMATRA - COMÉRCIO EXTERIOR LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em <<http://www.sumatra.com.br/>>; acesso em 31/10/2010.
- TECHNES AGRÍCOLA LTDA. - Produtos e Certificação. Disponível em <<http://www.technes.com.br/>>. Acesso em: 31/10/2010.
- TOZAN ALIMENTOS – Produtos e Certificação. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/parana.htm>>; último acesso: 31/10/2010.
- USDA – **United State Department of Agriculture**. Disponível em: <<http://www.usdabrazil.org.br>>. Último acesso: 31/10/2010.
- USINA DA BARRA SA/AÇÚCAR E ÁLCOOL Produtos e Certificação. Disponível em: <[www.dabarra.com.br](http://www.dabarra.com.br)>; último acesso em 31/10/2010.
- VDS EXPORT LTDA - Produtos e Certificação. Disponível em: <[http://www.vdsexport.com.br/serenissima\\_port.html](http://www.vdsexport.com.br/serenissima_port.html)>; último acesso: 31/10/2010
- WILLER, Helga; YUSSEFI, Minou (Ed.). The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2004. **Ifoam - International Federation Of Organic Agriculture**, Bonn, Alemanha, 2004.
- WILLER, Helga; YUSSEFI, Minou (Ed.). The World of Organic Agriculture Statistics and Emerging Trends 2010. **Ifoam - International Federation Of Organic Agriculture**, Bonn, Alemanha, 2010.

## APÊNDICE 1

Os países incluídos em cada bloco regional apresentados por Ifoam ( 2010) estão dispostos nas tabelas abaixo. Segue:

TABELA 15 – ÁFRICA

Argélia	Burkina Faso	Burundi	Camarões
Chade	Comores	Congo	Costa do Marfim
Egito	Etiópia	Gana	Guiné Bissau
Quênia	Lesoto	Madagascar	Malawi
Mali	Ilha Maurício	Marrocos	Moçambique
Namíbia	Níger	Nigéria	Ruanda
São Tomé e príncipe	Senegal	Serra Leoa	Somália
África do Sul	Sudão	Suazilândia	Tanzânia
Togo	Tunísia	Uganda	Zâmbia
Zimbábue			

FONTE: Ifoam, 2010, p. 116.

TABELA 16 - ÁSIA

Afganistão	Armênia	Azerbaijão	Bangladesh
Butão	Camboja	China	Geórgia
Índia	Indonésia	Irã	Israel
Japão	Jordânia	Cazaquistão	Coréia
Quirguistão	Laos	Líbano	Malásia
Nepal	Palestina	Omã	Paquistão
Filipinas	Arábia Saudita	Sri Lanka	Síria
Taiwan	Tajiquistão	Tailândia	Timor Leste
Emirados Árabes Unidos	Uzbequistão	Vietnam	

FONTE: Ifoam, 2010, p. 131.

TABELA 17- EUROPA

Albânia	Áustria	Bélgica	Bósnia e Herzegovina
Bulgária	Cróacia	Chipre	República Checa
Dinamarca	Estônia	Ilhas Faroe	Finlândia
França	Alemanha	Grécia	Hungria
Islândia	Irlanda	Itália	Letônia
Liechtenstein	Lituânia	Luxemburgo	Macedônia
Malta	Moldávia	Montenegro	Holanda
Noruega	Polônia	Portugal	Romênia
Federação Russa	São Marino	Sérvia	Eslováquia
Eslovênia	Espanha	Suíça	Suécia
Turquia	Ucrânia	Reino Unido	

FONTE: Ifoam, 2010, p. 147.

TABELA 18 - REGIÃO MEDITERRÂNEA

Europa Mediterrânea			
Chipre	França	Grécia	Itália
Malta	Portugal	Eslovênia	Espanha
Leste Adriático			
Albânia	Bósnia e Herzegovina	Croácia	Macedônia
Montenegro	Sérvia		
Sudeste Mediterrâneo			
Jordânia	Líbano	Marrocos	Palestina
Tunísia	Turquia	Argélia	Egito

FONTE: Ifoam, 2010, p. 153.

TABELA 19 – AMÉRICA LATINA E CARIBE

Argentina	Belize	Bolívia	Brasil
Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba
República Dominicana	Equador	El Salvador	Ilhas Malvinas
Guiana Francesa	Guadalupe	Guatemala	Guiana
Honduras	Jamaica	Martinica	México
Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru
Suriname	Uruguai	Venezuela	

FONTE: Ifoam, 2010, p. 178.

TABELA 20 - OCEANIA

Austrália	Fiji	Nova Zelândia	Niue
Papua Nova Guiné	Samoa	Ilhas Salomão	Vanuatu

FONTE: Ifoam, 2010, p. 209.

O bloco “América do Norte” inclui Canadá e Estados Unidos da América.